



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA - UNILAB
INSTITUTO DE LINGUAGENS E LITERATURAS
LICENCIATURA EM LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA

JOÃO FERNANDO CÁ

A AVALIAÇÃO DE VARIEDADES DO PORTUGUÊS E DAS DEMAIS
LÍNGUAS DE GUINÉ-BISSAU POR ESTUDANTES DO ENSINO SECUNDÁRIO

REDENÇÃO-CE

2018

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA - UNILAB
INSTITUTO DE LINGUAGENS E LITERATURAS
LICENCIATURA EM LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA

JOÃO FERNANDO CÁ

A AVALIAÇÃO DE VARIEDADES DO PORTUGUÊS E DAS DEMAIS
LÍNGUAS DE GUINÉ-BISSAU POR ESTUDANTES DO ENSINO SECUNDÁRIO

Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao Instituto de Linguagens e Literaturas da
Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, como
requisito necessário para a obtenção do título
de Licenciado em Letras - Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Cássio Florêncio Rubio

REDENÇÃO-CE

2018

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Cássio Florêncio Rubio

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Primeiro Examinador: Prof. Dr. Sebastião Carlos Leite Gonçalves

Universidade Estadual Paulista – UNESP

Segundo Examinador: Prof. Dr. Fábio Fernandes Torres

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

LISTA DE ABREVIACOES

UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

PP – Português de Portugal

PB – Português do Brasil

PGB – Português da Guiné-Bissau

PM – Português de Moçambique

PST – Português de São Tomé e Príncipe

PCV – Português de Cabo Verde

PA – Português de Angola

PTL – Português de Timor Leste

LM – Língua Materna

PE – Português Europeu

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráficos e Tabelas

Gráfico 1 - Melhor língua para se falar em Guiné-Bissau.

Tabela 1 - Motivo para a escolha da melhor língua para se falar em Guiné-Bissau.

Gráfico 2 - Língua que não seria interessante saber falar em Guiné-Bissau.

Tabela 2 - Motivo para a escolha da língua que não seria interessante saber falar em Guiné-Bissau.

Gráfico 3 - Melhor variedade de português para se falar.

Tabela 3 - Motivo para a escolha da melhor variedade para se falar em Guiné-Bissau.

Gráfico 4 - Variedade(s) que não seria interessante aprender a falar.

Tabela 4 - Motivo para a escolha da(s) variedade(s) que não seria(m) interessante aprender a falar.

Gráfico 5 - Nota, de zero a dez, para a variedade do português – critério – “mais correto”.

Gráfico 6 - Nota, de zero a dez, para a variedade do português – critério – “mais bonito”.

Gráfico 7 - Nota, de zero a dez, para a variedade do português – critério – “mais preservado”.

Gráfico 8 - Nota, de zero a dez, para a variedade do português – critério – “mais importante”.

Gráfico 9 - A quem pertence a língua portuguesa.

Tabela 5 - Algumas das justificativas sobre a pergunta “a quem pertence a língua portuguesa?”.

Gráfico 10 - O que a língua portuguesa significa?

DEDICATÓRIA

Dedico, de modo especial, aos meus queridos, amados e eternos pais Fernando Cá, Aida Cá e Nené Nanque que neste momento já não estão conosco no mundo dos vivos. Esse trabalho é o resultado de suas labutações para que eu conseguisse chegar até aqui. Igualmente dedico àqueles que hoje não me deixam sentir falta do meu pai e da minha mãe, meus tios, Paulino Cá, Gil Cá, Nelson Pina Nanque e Frei Arlindo Có, minha madrastra, Odete Sá e minha avó M'pó Có. Estendo minha dedicatória a todos meus irmãos, Juliano Fernando Cá, Walter Fernando Cá, Adriano Fernando Cá, Davide Fernando Cá, Ismael Fernando Cá, Salvador Fernando Cá, Mateus Fernando Cá, Fernanda Fernando Cá e Adonai Fernando Cá, que juntos tivemos que passar por momentos difíceis, porém sempre acreditamos que um dia tudo vai passar.

AGRADECIMENTOS

Ser grato, significa, acima de tudo, reconhecer o eterno vazio no nosso ser, que precisa ser preenchido por pessoas com as quais convivemos e que fazem parte da nossa vida. Não significa retribuir o favor recebido, e sim, a reconhecer humildemente e se dispor em recebê-la mais e mais.

De antemão, agradeço a Deus Todo Poderoso por ter me concedido, por meio dos meus pais, a vida, saúde e força de chegar até aqui e a força que tenho para lutar ainda e ir mais adiante. Aos meus pais, Fernando Cá, Ainda Cá e Nené Nanque, agradeço por terem me dado a vida, carinho de pais e lutar, enquanto estavam de vida, para que nada pudesse me faltar, principalmente no que concerne à alimentação e aos materiais escolares. Obrigado por, em pouco tempo, terem feito tanto por mim. Tive a oportunidade de aprender muito, isso vale muito e serve/servirá sempre de guia em meus afazeres. Vocês estão em mim, e eu em vocês, para levar os vossos ideais até aonde queriam.

Agradeço, igualmente, aos meus tios, Gil Cá, Paulino Cá, Nelson Pina Nanque e Frei Arlindo Có, por terem-me amparado desde sempre e motivado com palavras sábias e conselhos imprescindíveis. A minha madrasta que tem estado a dar-me e aos meus irmãos o amor de mãe e ajudar-nos sempre, a minha avó, M'pó Có, e a minha tia, Safira Cá por sempre estarem presentes em nossas vidas.

Aos meus irmãos, Juliano Fernando Cá, Walter Fernando Cá, Adriano Fernando Cá, Davide Fernando Cá, Ismael Fernando Cá, Salvador Fernando Cá, Mateus Fernando Cá, Fernanda Fernando Cá e Adonai Fernando Cá e Teodora Cá, agradeço por fazerem parte da minha vida e por serem meus grandes e melhores amigos desde a infância, agradeço-vos pelo encorajamento e suas contribuições na minha vida acadêmica. Agradeço aos meus colegas Pedro Gomes, Adilson Oliveira, Rugana Indafá, Saido Baldé, Carlos Pereira, Manfinapul Armando Bles, Raul Vitch, Raisa Aracy Monteiro, Abel Medeiros e todos colegas da minha turma, por estarem desde sempre aptos a discutir matérias comigo. Quero dizer que aprendi muito com vocês e vos terei sempre na minha memória.

Agradeço, em especial, ao meu excelentíssimo e extraordinário orientador e professor Dr. Cássio Florêncio Rúbio. Não tenho adjetivos suficientes para descrever o quão admiro o senhor e quão o senhor é importante para meu desenvolvimento

acadêmico. Suas sábias correções me fazem perceber que ainda sou criança no mundo acadêmico e acreditar sempre que posso chegar onde quero. Admiro sua profissionalidade e personalidade e suas formas de lecionar, o senhor é e será um exemplo que eu vou seguir para sempre. Obrigado por fazer parte da minha vida acadêmica. Agradeço aos demais professores de curso de Letras, em especial ao excelentíssimo professor Dr. Fábio Torres, com quem aprendi bastante como professor e orientador, à excelentíssima professora e coordenadora do curso de Letras, Claudia Ramos Carioca, que sempre me amparou e deu-me oportunidade de estagiar em seu gabinete.

Agradeço à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, minha eterna casa, pela oportunidade que me deu de realizar o ardente sonho que tinha em mim de ser um licenciado em Letras, obrigado pelo ensinamento e tudo que tem proporcionado a mim. Obrigado a toda comunidade acadêmica e aos técnicos administrativos. Agradeço também ao Brasil e seu governo pela ajuda oferecida a mim e aos meus irmãos guineenses de estudar e manter aqui nessa linda terra, obrigado por fazer-me realizar o sonho de conhecer essa terra.

“Até aqui me ajudou o Senhor”

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
<i>2.1. O enfoque social das línguas e variedades linguísticas</i>	16
<i>2.2. Contato entre línguas</i>	23
<i>2.3. A chegada do português à Guiné-Bissau e a origem do (crioulo) guineense</i>	29
<i>2.4. A situação linguística em Guiné-Bissau</i>	34
<i>2.5. A avaliação linguística e social</i>	39
<i>2.6. A avaliação linguística em território multilíngue</i>	41
3. METODOLOGIA	48
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	51
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	75
ANEXOS	78

RESUMO

O presente trabalho visa perceber a avaliação de variedades do português e das demais línguas de Guiné-Bissau feita por estudantes do Ensino Secundário, com o intuito de apurar os diferentes *status* das variedades do português e das línguas em convívio nesse espaço e suas influências determinantes para ascensão social e cultural dos falantes. Visa também, por outro lado, observar a quem esses alunos secundaristas pensam “pertencer” a língua portuguesa e o que o português significa à Guiné-Bissau e avaliar os motivos que influenciam nessa escolha, através das suas justificativas. Como base teórica temos, principalmente, a Sociolinguística Quantitativa, e a consideração de autores como Labov (2008), Petter (2015), Lucchesi (2008), Scantamburlo (1999), Teyssier (1982) e Freitag (2016), dentre outros. O corpus utilizado na pesquisa compõe-se de inquéritos aplicados a 50 alunos do ensino secundário do Liceu Nacional Kwame Nkrumah, em Guiné-Bissau. Os inquéritos objetivam compreender se há uma relação harmoniosa ou não entre línguas e variedades do português na Guiné-Bissau. Os resultados apontam diferentes avaliações das línguas e das variedades de língua portuguesa na Guiné-Bissau, com tendência a maior valorização, por parte dos informantes, da língua portuguesa, em detrimento das demais línguas presentes nesse país, incluindo o guineense (língua falada pela maior parte dos falantes guineenses) e da valorização das variedades do português, principalmente a de Portugal. Revela-se, assim, uma atitude negativa em relação às demais línguas. Os fatores apontados como influenciadores dessa avaliação são o *status* social de cada língua e variedade no âmbito nacional e internacional, a submissão cultural incentivada pelo reflexo da colonização, a insegurança linguística, as diferentes visões da identidade e da cultura.

PALAVRAS CHAVE: Guiné-Bissau. Variedades da língua portuguesa. Crioulo guineense. línguas africanas. Avaliação linguística.

ABSTRACT

The present work aims to understand the evaluation of varieties of Portuguese and other languages of Guinea-Bissau by secondary school students, in order to ascertain the different statuses of the varieties of Portuguese and languages living in this space and their determining influences for social and cultural rise of the speakers. On the other hand, it is also intended to observe to whom these secondary students think "to belong" the Portuguese language and what the Portuguese means to Guinea-Bissau and to evaluate the reasons that influence in this choice, through their justifications. As a theoretical basis we have, mainly, Quantitative Sociolinguistics, and the consideration of authors such as Labov (2008), Petter (2015), Lucchesi (2008), Scantamburlo (1999), Teyssier (1982) and Freitag (2016). The corpus used in the survey consists of surveys applied to 50 secondary school students of the Kwame Nkrumah National High School in Guinea-Bissau. The surveys aim to understand whether there is a harmonious or non-harmonious relationship between languages and varieties of Portuguese in Guinea-Bissau. The results point to different assessments of the languages and varieties of Portuguese language in Guinea-Bissau, with a tendency towards greater appreciation by the informants of the Portuguese language, to the detriment of other languages present in Guinea-Bissau, part of the Guinean speakers) and the appreciation of the varieties of Portuguese, especially that of Portugal. This shows a negative attitude towards other languages. The factors that have been identified as influencing this evaluation are the social status of each language and variety at the national and international levels, cultural submission encouraged by the reflection of colonization, linguistic insecurity, different visions of identity and culture.

KEYWORDS: Guinea-Bissau. Varieties of the Portuguese language. Guinean Creole. languages. Linguistic evaluation.

1. INTRODUÇÃO

A discussão proposta neste trabalho está voltada à avaliação das línguas em Guiné-Bissau, centrada mais especificamente na avaliação da língua portuguesa e suas variedades por estudantes guineenses do Ensino Secundário, pessoas que, em geral, são falantes de duas ou mais línguas, ou seja, pertencem a um território multilíngue, a Guiné-Bissau, onde cada língua em contato desempenha um papel específico diferente da outra, de acordo com contexto comunicativo na qual ela está inserida.

A discussão procura, de antemão, evidenciar a visão avaliativa que os informantes possuem a respeito das línguas e variedades do português em Guiné-Bissau e depois fazer uma análise crítica sobre essa visão.

A avaliação das línguas em convivência no território multilíngue é uma prática presente desde sempre na história humana, entretanto, ela é feita, infelizmente, sempre baseada nas relações de poder, nas quais certas línguas ou variedades recebem mais prestígios em detrimento das outras línguas e variedades com quais convivem. Esse modelo de avaliação linguística parece também se verificar em Guiné-Bissau, onde uma língua, aparentemente possui maior prestígio sobre demais línguas e o mesmo também acontece com as variedades linguísticas com as quais os falantes guineenses se deparam.

A escolha do tema é justificada, justamente, pela possibilidade de proporcionar uma discussão a respeito da visão avaliativa das línguas e variedades do português que se observa em Guiné-Bissau, principalmente pelas camadas sociais mais elevadas do país. Sendo um tema pouco discutido ainda na sociedade guineense, ou, talvez, inédito, acredita-se, com ele, poder contribuir imensamente para propiciar uma nova visão a respeito das línguas e variedades do português presentes neste país, o que contribuiria para que nenhuma língua, assim como variedade linguística fosse estigmatizada, seja pela Política Linguística adotada pelo país, bem como pelas avaliações dos falantes destas línguas e variedades.¹

O objetivo de nosso trabalho é confirmar se o português goza de maior prestígio do que as outras línguas faladas em Guiné-Bissau, inclusive o guineense (conhecido como

¹ Segundo Savedra e Lagares (2012), com base em Calvet (2002), a política linguística um conjunto de decisões tomadas pelo poder público a respeito de quais línguas serão fomentadas, ensinadas ou eventualmente reprimidas e eliminadas; de quais funções as línguas terão ou deveriam ter, de que espaços sociais ocuparão. Considera este tipo de preocupações inerentes à planificação do status das línguas.

“crioulo da Guiné-Bissau”, língua falada pela maior parte da população guineense), fato que poderia ser motivado pelo processo histórico de colonização e pela política linguística adotada pelo governo guineense, na qual o português é visto como sinônimo de ascensão social e civilização.²

A avaliação das variedades do português poderá revelar também se há mais valor às variedades do português de Portugal e do Brasil (que ultimamente tem estado a ganhar força em Guiné-Bissau), principalmente à variedade de Portugal, em detrimento das outras variedades do português, incluindo a do português guineense. A língua portuguesa, ao que tudo indica, aos olhos dos falantes guineenses, pela maneira como é ensinada em Guiné-Bissau, seria apontada como pertencente aos portugueses.

As línguas étnicas, por serem línguas de comunicação restrita apenas aos diferentes grupos étnicos, poderia, nessa escala hierárquica, também apresentar-se como desprestigiada e de pouca relevância.

A proposta, dessa forma, é investigarmos a maneira como os falantes e estudantes do Ensino Secundário avaliam as línguas que eles mesmo falam e as diferentes variedades do português faladas em diversas partes do mundo, principalmente as variedades do português de Portugal, do Brasil e da Guiné-Bissau, e analisar ainda os motivos que levam a essa avaliação no território guineense.

Para coleta de dados, construímos um questionário e o dividimos em duas partes a saber: uma contendo o perfil linguístico, e outra, foco da nossa investigação, contendo questões relacionadas à avaliação de variedades do português e línguas presentes em Guiné-Bissau.

O trabalho está dividido em seis (6) partes, a saber: Introdução, Fundamentação teórica, Metodologia, Análise dos resultados, Considerações finais e referências bibliográficas. Nele, consta também o anexo dos questionários empregados na realização dessa pesquisa.

A fundamentação teórica traz uma discussão entre autores que já discorreram em seus trabalhos a respeito do tema deste trabalho. Na metodologia, explica-se de forma sucinta a maneira como a pesquisa foi feita, com o objetivo de obter os resultados

² O termo “língua de civilização”, embora abolido na linguística desde a década de 1960, é empregado neste trabalho baseado na experiência vivida no seio da comunidade dos falantes guineenses, pois é um termo bastante comum entre esses falantes.

pretendidos. A análise dos resultados foi feita tendo como base teórica os autores empregados na fundamentação teórica. Nas considerações finais, há um resumo dos resultados obtidos e suas possíveis justificativas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Como já apontado, por ser um trabalho voltado à avaliação das variedades do português e das línguas em Guiné-Bissau, opta-se em trazer uma discussão fundamentada nos autores que discorreram a respeito do tema até o presente momento.

A Fundamentação Teórica deste trabalho está organizada em subcapítulos a saber: O enfoque social das línguas e variedades linguísticas; Contato entre línguas; A chegada do português à Guiné-Bissau e a origem do (crioulo) guineense; A situação linguística e social atual de Guiné-Bissau; A avaliação linguística e social; A avaliação linguística em território multilíngue.

Em seus subcapítulos, a nossa Fundamentação Teórica traz uma visão social e avaliativa a respeito da língua e suas variedades. Por ser também um trabalho voltado à avaliação das variedades do português e das demais línguas em Guiné-Bissau, que é um território multilíngue, trouxemos uma discussão a respeito do contato entre línguas, fato que ocorre quando duas ou mais línguas estão inseridas num mesmo ambiente comunicativo que, em muitos casos, resulta do surgimento de uma nova língua que garante a intercomunicação, como é o caso do guineense, língua falada em Guiné-Bissau.

Nessa mesma seção da Fundamentação Teórica tratamos também da avaliação linguística que se observa no seio dos falantes que, em maior caso, pode ser motivada pela Política Linguística adota pelos governos, levando os falantes a teres uma atitude positiva/negativa a respeito das línguas que os rodeiam, como veremos mais adiante nas nossas seções.

2.1. O enfoque social das línguas e variedades linguísticas

A língua, para ser explicada na sua totalidade, exige a incorporação da sociedade onde é usada, caso contrário, não seria possível dar uma descrição fiel a seu respeito. Nessa perspectiva, Labov (2008, p.150) aponta que, se levarmos em consideração a ideia de língua como uma forma de procedimento social, é claro que qualquer procedimento teórico na análise de conjunto dos elementos da progressão linguística irá contribuir diretamente à teoria da evolução social.

Zambonim (1989, p. 144) aponta que a sociolinguística, ao acrescentar em suas investigações a diversidade linguística e a dialética entre língua/procedimento social, vai além do enfoque de uma concepção de língua na perspectiva normativa, sujeita a falar de si mesma, e orienta seus modelos teórico-metodológicos à sistematicidade no instável. Para ele (p.143):

A Sociolinguística procura integrar em seus estudos estruturas linguísticas com estruturas sociais. Seus pesquisadores procuram fixar-se no estudo da língua de falantes reais num mundo real, objetivando não mais uma pura descrição da estrutural-funcional de uma variante abstrata ou de uma língua ideal, mas, sim, as diferentes interações entre o falar e o contexto sócio-cultural (ZAMBONIM, 1989, P.143).

Segundo Bakhtin (1929, apud ARAÚJO, 2012), a linguagem é sempre um ato social e a reflexão sobre a língua não pode se dar no campo da estrutura, e sim, no campo do discurso, em seu contexto sociointerativo. A esse respeito, Antunes (2007, p.30) destaca que “a gramática é particularizada, ou seja, não abarca toda a realidade da língua, pois contempla apenas aqueles usos considerados aceitáveis na ótica da língua socialmente prestigiada”.

No estudo “Língua natural: enfoque sociolinguístico”, Zambonim (1989) destaca a maneira como Labov vê a língua:

Como sociolinguista, Labov assume o caráter social de uma língua natural, insiste na íntima relação língua/estrutura social e viabiliza, tanto em termos teóricos (teoria da "variação linguística") quanto práticos (em suas várias pesquisas de campo), a possibilidade de se sistematizar a variação existente em uma dada língua. Ao voltar-se, porém, para a descoberta dos elementos sociais que estariam subjacentes a determinadas variações, ou mesmo mudanças, percebe que certas diferenciações só a Linguística descritiva formal pode deprender. Propõe, então, uma perspectiva de análise mais globalizante que envolva tanto a unidade (linguística formal) quanto a diversidade (sociolinguística). Conclui que uma verdadeira análise linguística deve, necessariamente, dar conta tanto das semelhanças quanto das diferenças de uma língua natural. Aquelas, relativas ao princípio estrutural interno das línguas e aos cenários macrosociais; essas se fazem presentes no instante de sua realização concreta e são relativas aos cenários microconversacionais (ZAMBONIM, 1989, P.142).

Labov está consciente de que as variedades linguísticas usadas em múltiplas ocorrências não podem nos explicar a língua como um todo (ZAMBONIM, P.142), ou seja, as diferentes variedades usadas na língua são provas de que a língua não pode ser pensada ou vista como uma estrutura homogênea, caso contrário, seria uma idealização, e não uma realidade (BAGNO, 2003, p.159).

Weinreich, Labov e Herzog (2006, p.134) aludem ao fato de que “aprender a ver a língua como inerentemente variável significa, antes de tudo, reconhecer a natureza e a amplitude dessa infração dentro do próprio sistema”.

De acordo com Labov (2008, p.302), a língua é um fato social, e um instrumento de interação social entre os seres humanos, capazes de o moldar e adequar de acordo com suas necessidades. Scantamburlo (1999) acrescenta que “a língua é o meio de comunicação e de expressão da vida de cada dia, quer dizer da cultura da comunidade. Por isso ela cria e adapta-se às várias realidades sociais”.

A linguística descritiva se baseia na concepção de língua como um conjunto estruturado de normas sociais. Inúmeros estudos que aliam língua e sociedade comprovam que muitos elementos linguísticos estão em mudança sistemática e refletem tanto a mudança temporal quanto os processos sociais extralinguísticos (LABOV, 2008 p.140).

Scantamburlo (1999, p.20), ao definir a língua, propõe elementos principais que a caracterizam, que são: “cada língua é um sistema, uma convenção, um meio de comunicação, um conjunto de signos com uma dupla realidade de forma e de conteúdo, é falada por uma comunidade e não por um indivíduo”. Aponta ainda, o autor, que cada língua é resultado de uma cultura particular, por razão dela ser obrigada a adaptar-se a esta cultura com a finalidade de expô-la através dos signos linguísticos. (p.40) “a língua é reflexo da cultura da comunidade”. Petter (2015, p.239) afirma que “a língua é reflexo e expressão da cultura”.

De acordo com tudo o que se vem expor até aqui sobre a língua, convém pensar nela como um fenômeno que se submete aos indivíduos que a falam, pois estes são os que a moldam para cumprir com os propósitos da sociedade e da realidade comunicativa.

Segundo Bordenave (1996, p.36), o propósito comunicativo é o que faz com que as pessoas possam relacionar entre si, possam se transformar mutuamente com a realidade

que as rodeia. Para ele, “a comunicação não existe por si mesma, como algo separado da vida da sociedade”, (p.19) “ela é uma necessidade básica da pessoa humana, do homem social”. Essa perspectiva de língua a serviço da comunidade de fala, leva à afirmação de que “quem manda na língua somos nós, seus falantes diários. Os gramáticos vêm depois... nenhuma língua morreu por falta de gramáticos. Algumas estagnaram por ausência de escritores. Nenhuma sobreviveu sem povo” (MILLÔR, 1994, pp.284-285, apud ANTUNES, 2007, p.98).

No estudo feito por Labov (2008, p. 57), comprova-se um padrão unificado dos vineyardenses na pronúncia das vogais centralizadas, tendo isso como uma marca fonética daquele povo. Ou seja, quando os vineyardenses pronunciam essas vogais centralizadas, estão dizendo que pertencem àquela ilha, que são nativos daquele local. Isto é, a língua para seus falantes é uma identidade. Para Bagno (2003):

a língua que uma pessoa fala, a língua que ela aprendeu com sua família e com sua comunidade, a língua que ela usa para falar consigo mesmo, para pensar, para expressar seus sentimentos, suas crenças e emoções, faz parte da identidade dessa pessoa, é como se a língua fosse a pessoa mesma (BAGNO, 2003, p.188).

Silva (2010), em seu estudo intitulado “Contato entre línguas, perda linguística e identidade étnica: notas sobre o povo Parkatêjê” mostra que “uma das mais importantes marcas identitárias de um povo é sua língua. Logo, quando se fala em identidade étnica, necessariamente se engloba nesse conjunto a língua de um povo”. A autora constata que a perda linguística pode ser um marco da perda de identidade, como se observa a seguir:

Percebe-se o estreito relacionamento existente entre a língua de um povo e a construção de sua identidade. Por meio da língua, as sociedades humanas elaboram grande parte do conhecimento que detêm acerca do mundo. Por esta razão, quando se fala em perda linguística, inevitavelmente, fala-se também em perda de uma parte substancial da identidade étnica, uma vez que a língua é o principal instrumento por meio do qual se veiculam pensamentos, crenças, visão de mundo, conhecimentos tradicionais de um povo, dentre outros aspectos (SILVA, 2010, p.241).

No que diz respeito à variação linguística, Labov (2008, p.19) afirma que a explicação da mudança linguística parecia pôr em jogo três problemas diferentes, que são: o ponto inicial das variações da língua; a disseminação e propagação das mudanças da língua; e a mudança da língua conforme as regras. Para ele, o modelo que está sob essa tríade exige como início a variação em um ou mais vocábulos na fala de uma ou mais pessoas. Essas variações podem ser incentivadas pelas ações continuadas de assimilar, por semelhança, empréstimos, transição de uma fase para outra, contaminação, variação aleatória e qualquer ação continuada, na qual o sistema da língua envolve os traços fisiológicos ou psicológicos do indivíduo falante da língua.

Labov (2008, p.21) ainda propõe que, para entender uma mudança linguística em desenvolvimento, é imprescindível levar em consideração a vida social do meio onde ela acontece. Ou seja, as forças sociais estão a operar de uma forma contínua em cima da língua, não é uma força que age a partir de algum ponto distante no passado, e sim uma força social que não se pode separar agindo na atualidade viva. Portanto, um fenômeno linguístico expande de palavra a palavra, a medida que uma das formas que a opção consiga certo prestígio na sociedade. A variação linguística é imprescindível e inevitável dentro de qualquer língua humana, por isso a sua natureza se busca dentro da sociedade onde ocorre (Labov, 2008, p.46). Silva (2010, p.245) ao falar sobre isso, afirma que “como bem se diz, linguistas e outros estudiosos podem descrever a língua, planejar ações para a revitalização de uma língua e sonhar com sua manutenção, mas não podem modificar a situação de uso se a comunidade falante não o fizer”.

Em seu estudo sobre “Os fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística”, Weinreich; Labov e Herzog (2006, p.125) estabelecem sete princípios gerais que se deve levar em consideração para o estudo da mudança linguística:

1. A mudança linguística não deve ser identificada com deriva aleatória procedente da variação inerente na fala. A mudança linguística começa quando a generalização de uma alternância particular num dado subgrupo da comunidade de fala toma uma direção e assume o caráter de uma diferenciação ordenada.
2. A associação entre estrutura e homogeneidade é uma ilusão. A estrutura linguística inclui a diferenciação ordenada dos falantes e dos estilos através de regras que governam a variação na comunidade de fala; o domínio do falante nativo sobre a língua inclui o controle destas estruturas heterogêneas.

3. Nem toda a variabilidade e heterogeneidade na estrutura linguística implica a mudança; mas toda mudança implica variabilidade e heterogeneidade
4. A generalização da mudança linguística através da estrutura linguística não é uniforme nem instantânea; ela envolve a covariação de mudanças associadas durante substanciais períodos de tempo, e está refletida na difusão de isoglossas por áreas do espaço geográfico.
5. As gramáticas em que ocorre a mudança linguística são gramáticas da comunidade de fala. Como as estruturas variáveis contidas na língua são determinadas por funções sociais, os dialetos não oferecem a base para gramáticas autônomas ou internamente consistentes.
6. A mudança linguística é transmitida dentro da comunidade como um todo; não está confinada a etapas discretas dentro da família. Quaisquer descontinuidades encontradas na mudança linguística são os produtos de descontinuidades específicas dentro da comunidade, mais do que os produtos inevitáveis do lapso geracional entre pais e filhos.
7. Fatores linguísticos e sociais estão intimamente inter-relacionados no desenvolvimento da mudança linguística. Explicações confinadas a um ou outro aspecto, não importa quão bem construídas, falharão em explicar o rico volume de regularidades que pode ser observado nos estudos empíricos do comportamento linguístico

A variação linguística ocorre a medida que a sociedade muda e as pessoas mudam. Segundo Petter (2015, p.213), “as línguas mudam porque as sociedades onde elas são faladas também mudam, porque estão inseridas na história e por ela são afetadas”. A mudança, enquanto um processo de alteração, significa aceitar que as línguas variam num único período do tempo, ou seja, em um mesmo momento da história. Não existe língua que é falada da mesma maneira por todos os seus falantes, mesmo quando estão inseridos num mesmo nível social e pertencem ao mesmo espaço cultural que os cerca, porque as pessoas podem expressar palavras, formas e maneiras diferentes, em função de suas idiosincrasias a das diversas situações que envolvem a comunicação (PETTER, 2015, p.214).

A variação linguística também ocorre de acordo com espaços diferentes, grupos diferentes e idades diferentes, servindo como prova de que a língua não pode ser empregada homogeneamente por seus falantes. Labov (2008, p.27) afirma que o caso da pronúncia do /r/ pós-vocálico na fala da comunidade vineyardenses comprova uma variável linguística definida pelos espaços geográficos em Martha’s Vineyard. A essa modalidade de variação linguística se dá o nome da “Variação Diatópica”. Segundo Wardhaugh (1992, p.46, apud ARAGÃO, 2010, p.36-37), a variação diatópica se baseia no âmbito da dialetologia, ou seja, nela, os dialetos das regiões são geograficamente fundamentais. Esse tipo de variação acontece de região para região, e de país para país e

define a diferença que se encontra pelos grupos geográficos diferentes em falar a mesma língua.

Labov (2008, p. 57) acrescenta que “grupos diferentes têm de responder a desafios diferentes a seu *status*”. Esse tipo de variação nos mostra que a língua é falada de uma forma diferente a depender dos grupos profissionais diferentes, como por exemplo, a maneira como os médicos falam não é a mesma que os professores falam, estes também falam diferente dos advogados, e estes, diferentes dos mecânicos e assim sucessivamente. Um modo de variação denominada de diastrático. De acordo com Wardhaugh (1992, p.46, apud ARAGÃO, 2010, p.36-37), “os dialetos sociais, originados entre os grupos sociais, dependem de uma série de fatores, sendo os principais deles aparentemente pertencentes à classe social, à religião e à etnicidade”.

Essa diferença em falar a mesma língua não quer dizer que uns a sabem falar e outros não, ou uns são donos e outros não, quer dizer, sobretudo, que a língua é um conjunto formado por várias partes, e uma dessas partes é a gramática normativa (BAGNO, 2003, p.159). A esse respeito, Bagno (2015, p.5) afirma: “tenho-me esforçado por não rir das ações humanas, por não deplorá-las nem odiá-las, mas por entendê-las”. Para isso, afirmar pertença ou superioridade na língua em detrimento dos outros falantes seria um erro, um egoísmo.

Se a língua exprime a identidade daqueles que a falam, independentemente do espaço geográfico em que eles estão, então ela lhes pertence. Com relação a isso, afirma José Saramago (2003), em um documentário intitulado “Língua: vidas em português”, “como é que se pode não pertencer à língua que se aprendeu, à língua com que se comunica, à língua com que se escreve?”. A língua quando é falada em mais de uma comunidade, e cada comunidade, com sua participação, a torna mais rica, é considerada como pertencente a todos, e isso serve para qualquer língua falada no nosso planeta.

Seixas (2012), responsável pelo blog “Baía da lusofonia”, em entrevista concedida, destaca que “aqueles que afirmam que o português é nosso são precisamente os mesmos que mais atentam contra a língua portuguesa, mais preocupados com benefícios pessoais que podem obter, de entidades supranacionais, onde a língua portuguesa não tem peso”. Afirma ainda o blogueiro que a língua portuguesa pertence a todos os seus falantes, independentemente do lugar onde esses se encontram, pois são eles que a fazem viva, que inserem novas palavras, que fazem com que todos de diferentes

partes se entendam mesmo com a diversidade linguística. Abaixo parte da entrevista de Seixas:³

Era impensável há alguns anos nós ouvirmos a palavra bué, hoje a juventude adoptou esta palavra com origem em Angola, a expressão galera que entra diariamente através da televisão em nossas casas, muito empregada no Brasil, tinha outra interpretação em Portugal, o termo maningue, que as tropas portuguesas trouxeram de Moçambique, durante a guerra colonial, a cozinha tradicional de Goa, muita apreciada em Portugal, com os nomes que entraram na culinária portuguesa como chacuti, ou o bolo bebinca, são exemplos que esta bela língua que galegos e portugueses falam, é uma língua sem dono, é universal!

O filósofo moçambicano Severino Elias Ngoenha, numa entrevista no mesmo *blog* (em 2014), afirma que o português é uma língua colonial que veio com os portugueses, mas que serve, para os moçambicanos, como língua de unidade nacional. Afirma ainda que os moçambicanos não adquirem a língua portuguesa por causa dos portugueses, e sim, como um utensílio, um artefato cultural que lhes servia. Por isso, não falam português para alegrar aos portugueses e nem para interessar aos brasileiros, mas falam por razões sócio-políticas. Segundo o filósofo, o português que os moçambicanos falam foi se libertando dos portugueses e inserindo os conteúdos linguísticos e culturais próprios de Moçambique a partir das influências das línguas locais. Ele considera isso como uma dinâmica normal, pois uma língua não tem de ter nenhum tipo de pureza.

2.2. Contato entre línguas

Ao considerarmos que o foco do presente estudo se concentra no espaço geográfico da Guiné-Bissau, consideramos ser crucial a apresentação de uma discussão sobre o contato entre línguas, que se manifestou e se manifesta de todas as formas no país.

De acordo com Lucchesi (2008, p.159) o contato linguístico é uma prática que acontece sempre na história das línguas humanas e é resultado de convivência e do estabelecimento das relações comerciais de troca, ou relações de domínio político, militar

³ Como se pode observar na fala do blogueiro, a expressão “que mais atentam contra” não é adequada aos pressupostos da sociolinguística, refletindo uma visão de usuário da língua apenas.

ou de cultura e de ideologia entre os povos que possuem línguas diferentes. Para Petter (2015, p.208) “são vários os motivos que levam ao contato entre línguas, dentre eles, os mais frequentes são: problemas políticos, migrações de falantes que buscam ambientes mais sustentáveis economicamente ou necessidades de ampliar as oportunidades”.

Quando tratamos de contato linguístico, é comum imaginarmos um processo que só começou a acontecer graças à chegada dos europeus a outros continentes, como a América, a África e a Ásia, entretanto esse pensamento não condiz com a essência desse processo, pois, antes da presença dos europeus nesses continentes, já se podia notar o fenômeno do contato linguístico, visto que são essas regiões onde o multilinguismo se manifesta em maior escala. A esse respeito, Braga et al. (2011, p.222) afirmam que, antes do início da dominação europeia no Brasil, as muitas situações de contato entre povos de diversas línguas pertencentes ao mesmo ramo ou de diferentes afiliações genéticas já haviam existido.

Conforme apontam Weinreich, Labov e Herzog (2006, p.92), o contato entre línguas, incluindo os dialetos, aparece no momento em que dois indivíduos, cada um a falar em seu dialeto, estão a comunicar-se entre si. Uma evidência dessa situação pode ser vista no estudo de Labov (2008, p. 23-24), realizado na ilha de Martha's Vineyard, onde observou que os 6 mil vineyardenses nativos estavam divididos em quatro grupos étnicos: o primeiro grupo era composto por pessoas da descendência inglesa; o segundo grupo, pessoas de descendência portuguesa, imigrantes das ilhas dos Açores, da Madeira e de Cabo-Verde; o terceiro grupo, composto por demais pessoas indígenas; e, no quarto grupo, uma mescla de origens diferentes tais como: ingleses, franco-canadenses, irlandeses, alemães e poloneses. A pesquisa comprovou, além dessa rica estratificação social, que os membros de cada grupo só se casavam entre si, com o objetivo de preservar suas culturas e sua raça. Essa mescla com a qual a ilha se depara e o esforço em preservar suas culturas e raças podem apontar detalhes importantes sobre a caracterização do contato linguístico entre o inglês e as línguas das nacionalidades citadas.

Segundo Lucchesi (2008, p.159) “o reflexo mais imediato do contato entre línguas são os empréstimos lexicais”. Em relação a isso, Petter afirma, inclusive, que:

O léxico tem sido apontado como a prova mais evidente do contato de línguas, pois ele revela a história da língua e registra, portanto, os possíveis contatos linguísticos e culturais de seus falantes. Se por um

lado o vocabulário manifesta o contato, por outro, a incorporação de termos novos não amplia, necessariamente, a mudança na língua. É conhecido o caso de línguas que têm um léxico importante emprestado, mas nem por isso perderam sua identidade linguística, como o suaíli, língua banta, que emprestou muitos termos da árabe (PETTER, 2015, p.242).

Entende-se por empréstimo um processo que ocorre numa dada língua por meio das incorporações dos vocábulos/palavras da(s) outra(s) língua(s) num contexto comunicativo da língua no qual esses vocábulos são incorporados, com o intuito de familiarizar com a nova realidade com qual ela se depara (LUCCHESI, 2008, p.159). De acordo com tudo o que se expõe até aqui sobre o contato entre línguas, pode-se perceber que esse é um fenômeno inevitável resultante do fluxo migratório, midiático e tecnológico com o qual as sociedades se deparam.

No que diz respeito ao contato do português com outras línguas (africanas e indígenas brasileiras), Fiorin e Petter (2014, p.119) afirmam que a língua portuguesa, desde o século XV, começou a ter contatos de forma regular com as línguas africanas e esses contatos aconteceram em distintos lugares a saber: no início em Portugal e na África e, em seguida, em particular, em Angola e no Brasil e, depois, em Moçambique, sendo esses os maiores países. Para eles, “a abordagem do continente pelos portugueses mostrou desde o início a importância das línguas autóctones para o estabelecimento com os povos e do papel dos intérpretes”.

Fiorin e Petter (2014) destacam ainda que, mais de um século após a chegada dos portugueses na África, são atestadas mais de 700 palavras de origem africanas em Angola, como sendo emprestadas ao português, palavras originárias, principalmente, do quicongo e quimbundo. Apontam também os autores que esses empréstimos não foram feitos pelos falantes nativos das línguas africanas, e sim pelos falantes não nativos dessas línguas, principalmente os portugueses.

O processo de contato entre o português e as outras línguas é também bastante evidente no português falado no Brasil, visto que este sofreu a incorporação de contribuições de inúmeras línguas africanas e indígenas brasileiras, conforme apontamento de Lucchesi (2008):

até o final do século XVII, o português era apenas uma das línguas faladas pelos cerca de 300 mil habitantes da América portuguesa. Nas províncias mais periféricas, como São Paulo e Maranhão, a língua geral de base tupi predominava. Nas províncias que então impulsionavam o projeto colonial brasileiro, Pernambuco e Bahia, a massa da mão-de-obra escrava lançava mão de línguas francas africanas, como o quimbundo, para se comunicarem entre si. No interior, ao redor dos engenhos, ou nos quilombos, línguas francas africanas conviveriam com variedades pidginizadas ou crioualizadas do português (LUCCHESI 2008, p.153).

Na obra “Os vocábulos de origem africana na constituição do português falado no Brasil”, Fiorin e Petter (2014) ilustram várias obras que comprovam que, no português falado no Brasil, o número calculado das palavras de origem africana estima-se entre 3000 a 4000, e ainda expõem, por meio de exemplos, várias palavras que comprovam tal fato.

Segundo Castro (2001), estima-se um total de 3.517 palavras de origem africana no português do Brasil, com maior número de vocábulos relacionados ao campo religioso. As demais estariam relacionadas à culinária, música, dança e etc. Castro (2001, apud PETTER, 2015, p.242) destaca que:

as línguas da área oeste-africana – faladas ao norte do equador – chegaram mais tarde (séculos XVIII e XIX) e atuaram em domínios específicos, como religião, música, dança, culinária, áreas não investigadas pela referida pesquisa.

Lucchesi (2008, p.151), aponta que:

A variedade linguística usada atualmente pela maioria da população brasileira guarda reflexos indeléveis de processos de variação e mudança desencadeados em situações de contato maciço entre línguas, embora o preconceito e a estreiteza teórica busquem minimizar ou negar tal contribuição de africanos e crioulos para a formação da língua nacional.

Petter (2015) destaca que a estrutura silábica com sílabas mais abertas, comuns ao português brasileiro, teria sido tomada também como empréstimo da fonologia originária de línguas do grupo banto, fonologia que pode ser identificada também nos portugueses

de Moçambique e de Angola, resultantes do contato entre os portugueses falados nesses territórios (Moçambique e Angola) e as línguas do grupo banto.

A autora comprova ainda a semelhança entre a estrutura morfossintática do português do Brasil e da língua quimbundo falada em Angola. A comprovação desses empréstimos feitos pelas línguas africanas ao português do Brasil e Portugal e, até aos portugueses falados na África, aponta também um processo de contrapartida, ainda que poucos trabalhos tratem desta questão, devido, principalmente, a escassez de estudos linguísticos em África e, sobretudo, sobre as línguas africanas.

Como bem destacam Fiorin e Petter (2014, p.103), “o empréstimo linguístico é um fenômeno sociolinguístico normal e frequente. Resulta do contato de línguas. Durante esse contato, ocorre habitualmente uma troca bilateral entre falantes que usam línguas diferentes”.

Petter (2007), Fiorin e Petter (2014, p.122) e Petter (2015, p.244) demonstram que o Brasil tomou da África vocábulos emprestados, que receberam nova significação, fruto de contextos diferentes de uso, como vemos:

Chavagne observa que o PB funcionou como um vetor de empréstimos do quimbundo, permitindo o retorno a Angola de termos dessa língua que foram lusitanizados no Brasil, principalmente no período de trocas intensas no século XVIII. Daí ser difícil, segundo esse pesquisador, afirmar se os empréstimos do quimbundo constatados em Angola se produziram em território angolano, isto porque o português brasileiro pode ter reexportado termos que no Brasil tomaram novo significado, como capanga, moleque, que voltaram para África carregados de novas conotações (LABAN, 1979, apud PETTER, 2008, p.13).

Petter (2007), menciona que Michel Laban, em seu estudo sobre o português de Moçambique, reconhece a influência do português brasileiro no nível lexical, tendo em conta, segundo o autor, o enorme sucesso das novelas brasileiras atualmente. Antes da independência de Moçambique, a influência do português do Brasil estava ligada à literatura e ao cinema, fato que pode ser explicado por meio da inserção dos vocábulos capanga, casa-grande, cipó, molecada e papai (p.13).

O contato e convívio entre línguas tem também um papel promissor na formação dos pidgins e crioulos. Lucchesi (2016, p.73) define a crioulistica como um ramo da linguística dedicado ao estudo das línguas pidgins e crioulas, que se originam do contato

linguístico de falantes adultos de diferentes línguas, que permitem o aparecimento de uma nova língua, tendo um vocabulário que provêm, em seu maior número, da língua do grupo dominante no contexto de contato e, uma gramática proveniente das línguas do grupo dominado. Scantamburlo (1999, p.25), afirma que “para formação dos pidgins e das línguas crioulas são necessárias algumas circunstâncias sócio históricas” tais como:

1 – a ocupação de terras não habitadas; **2** – pelo menos, por mais de dois grupos diferentes; **3** – entre os quais, um é mais pequeno e o socialmente mais forte; **4** – e o outro é o mais numeroso, mas é socialmente subordinado e inclui locutores indígenas de duas ou mais línguas; **5** – em circunstâncias em que o grupo dominante começa a falar “pidgins” comum aos dois grupos – quer dizer, em circunstâncias em que o grupo dominante é, no mínimo, bilingue, e o grupo subordinado multilíngue; **6** – não há um “continuum linguístico” entre o “pidgins” e a língua materna do grupo dominante; **7** – o grupo subordinado não mantém as suas línguas maternas, ou porque os seus locutores são em número insuficiente ou porque as condições sociais impedem a conservação das línguas, ou pela concorrência de ambas as razões (SYDNEY, 1971, p.493-494, apud SCANTAMBURLO, 1999, p.25).

Para Lucchesi (2016, p.73), as línguas pidgins e crioulas se originam de uma estruturação para a comunicação emergencial que será empregada pelos falantes para poderem estabelecer contato entre pessoas de etnias diferentes nos primeiros momentos, o que caracteriza-se também pelo léxico reduzido, utilizado para formar frases repentinas de elementos gramaticais, levando, assim, o chamado pré-pidgin a ter um funcionamento pragmático que depende sobremaneira do contexto comunicativo. Com o passar do tempo, o povo dominante passa também a usar o mesmo código comunicativo e a situação do pré-pidgin se amplia e distancia-se do primeiro momento de sua comunicação, formando, assim, um pidgin estável, ou expandido.

Segundo Lucchesi (2016, p.74), “a crioulização ocorre quando a variedade que se forma na situação de contato se torna a língua materna das crianças da comunidade”. Para ele, esse processo ocorre quando acontece uma espécie de empréstimo linguístico dos vocábulos da língua dominante e, em seguida, o emprego da estrutura morfossintática das línguas da parte dominada. De outro modo, (LUCCHESI, 2008, p.160) define a crioulização como “a aquisição de uma segunda língua por uma população adulta em

situações adversas, com a posterior socialização e nativização dessa variedade defectiva de segunda língua”.

Como vimos, as relações sociais das mais variadas naturezas entre diferentes povos e também entre os indivíduos de determinada comunidade é que irão contribuir para a formação de novas línguas e o convívio entre diferentes línguas em uma sociedade.

2.3. A chegada do português à Guiné-Bissau e a origem do (crioulo) guineense

A língua portuguesa, tendo como base vocabular o Latim Vulgar, é uma língua que tem a sua origem na Península Ibérica, concretamente no que é hoje a Galiza e o norte de Portugal (NACONESKI, 2009). Essa língua sofreu várias contribuições de outras línguas ao longo de sua formação histórica, visto que, com a expansão do Império Romano à Península Ibérica, que se deu a partir do século III, no ano 218, os soldados romanos trouxeram consigo o Latim Vulgar, língua falada na época pelos romanos de classe média baixa. Esses soldados, rapidamente, dominaram a península e impuseram aos povos que ali habitavam a falar o Latim Vulgar e, também, aderir ao Cristianismo. Em 409, depois do fracasso que resultou na queda do Império Romano, a península viu-se sofrer, novamente, outra invasão pelos povos germânicos e iranianos ou eslavos (vândalos, suevos, alanos, búrios e visigodos) que, para povo romano, eram conhecidos como bárbaros que, de maneira também significativa, deram suas contribuições na formação e cultura do que iria se conhecer como língua portuguesa (NACONESKI, 2009). Em 711, a península também foi invadida pelos muçulmanos árabes vindos do Norte de África, a religião por eles praticada era o Islão e tinham como seu idioma de transmissão cultural o árabe, idioma que era também usado para administrar nas partes conquistadas por eles, o que levou o português hoje a contar com quase mil palavras de origem árabe (TEYSSIER, 1982, pp. 6-7).

A reconquista da península pelos cristãos data a partir do século XI. O espaço geográfico onde é hoje Portugal se fincou após a reconquista de Coimbra em 1064, Santarém e Lisboa em 1147, Évora em 1165 e Faro em 1249. As demais partes remanescentes na península foram, de uma vez, reconquistadas mais adiante, em 1492, com o empoderamento dos reis Católicos no reino de Granada. A invasão dos árabes

muçulmanos e a reconquista constituíram fatos históricos determinantes no surgimento de três línguas na Península Ibérica: o galego português a oeste, o castelhano no centro e o catalão a leste. Todas estas três línguas, nascidas no Norte, foram levadas ao Sul pela reconquista. O galego português, à medida que vai se avançar ao Sul do país, no caso de Portugal, vinha a se tornar numa língua mais estruturada para comunicação, autónoma e independente, tendo, assim, o aparecimento dos primeiros textos escritos no século XIII (TEYSSIER, 1982, p. 7-8).

No século XIII, com o aparecimento dos primeiros textos escritos em português – denominado de galego português, a língua passou a ganhar uma dimensão maior do que tinha anteriormente, mas isso não significa que nessa época já estava concretizada, haja vista ainda sofrer reações de resistência frente ao latim. Uma vez que o português vinha ganhando prestígio, antes do término total da reconquista da Península Ibérica, a partir dos anos 1400 em diante, os portugueses se lançaram ao mar pelas “ditas” viagens das descobertas (viagens às terras até aí desconhecidas) com o intuito de conquistar, explorar e conhecer outros povos e também expandir seu império (VELOSO FILHO, 2012). Essa viagem deu à língua portuguesa outra dimensão da que tinha quando era o galego-português, pois se misturou com outras línguas das terras ditas descobertas pelos portugueses.

Em Guiné-Bissau, a língua portuguesa se fez presente a partir do século XV, com a chegada dos navios lusitanos no solo guineense, com o intuito de estabelecer atividades comerciais e reciprocidades de relações em muitas áreas (religiosas, culturais e etc.). Para estabelecer o contato eficientemente com alguns povos ali encontrados, havia a necessidade de existir uma língua de comunicação em comum que permitiria a eficiência nos objetivos dos dois lados, surgindo, assim, o guineense (SCANTAMBURLO, 1999, P.21 e BULL, 1989, p.28 e 29).

Ao falar do “crioulo guineense”, convém tratar da origem do termo “crioulo”. Segundo Scantamburlo (1999, p.19), a palavra *crioulo* tem a sua origem no século XVI, e foi utilizada, pela primeira vez, em espanhol, no ano de 1590, constando no dicionário francês em 1680. A palavra era utilizada para nomear pessoas, plantas e os animais e, mais tarde, passou a designar as pessoas nascidas nas colônias que não são autóctones. Já para Bull (1989, p.41), a origem da palavra “crioulo” tem sido contestada muito no que concerne à sua primazia em espanhol, português e latim vulgar, e afirma informalmente que a palavra se originou do português. Segundo ele, num primeiro momento, a palavra

era empregada no sentido de servidor, do escravo nascido na casa do seu dono, depois passou-se a designar os filhos dos pretos nascidos na Índia e na América, com o objetivo de os diferenciar dos que vieram da África.

Nos estudos linguísticos, a palavra hoje remete à língua de um grupo linguístico autônomo e independente, como afirma Bull (1989, p.44): “A palavra designa hoje um sistema linguístico autônomo de origem mista, proveniente do contacto de uma língua europeia com línguas indígenas ou importadas, que se tornou língua materna e língua principal de uma comunidade”.

Segundo Petter (2015, p.211), “os crioulos apresentam um léxico formado principalmente pela língua do ex-colonizador e uma gramática constituída pela reestruturação de traços das várias línguas faladas nas regiões onde surgiram”. Lucchesi (2016, p.78) afirma que as gerações onde os crioulos nasceram seriam bilíngues, adquirindo também as línguas dos seus antecessores, que as facilitam na transferência gramatical para o crioulo. Visto que a maior parte de seus vocabulários são provenientes das línguas europeias, diz-se que “os crioulos” da Guiné-Bissau, de Cabo-Verde, de São Tomé e Príncipe são de base lexical portuguesa.

Neste trabalho, nas menções seguintes, optaremos por empregar o termo “guineense”, para tratar da língua originada do contato entre portugueses e o povo guineense, ao invés de “crioulo guineense” ou simplesmente “crioulo”, como é corrente em grande parte dos estudos linguísticos e sociolinguísticos. O emprego do termo “crioulo”, como veremos na sequência, para denominar a língua originada fora do território europeu, geralmente em situação de contato entre colonizador e colonizado, pode soar pejorativo e conserva, de certa forma, um reflexo do processo de colonização que reproduzimos, de forma inconsciente, por meio dos usos linguísticos do dia-a-dia.

Scantamburlo (1999) também faz a opção pela denominação de “guineense” à língua de base portuguesa originada em Guiné-Bissau. A exaustiva descrição produzida pelo pesquisador comprova que a língua de Guiné-Bissau é diferente das línguas de base lexical portuguesa originadas em outros países africanos e, além disso, não ocorre intercompreensão entre os falantes dessas línguas, assim o rótulo de “crioulo” seria genérico e insuficiente para nomear uma realidade extremamente heterogênea.

Dewulf (2014, p. 305), em seu texto “E se todas as línguas fossem consideradas crioulas? Um olhar pós-colonial sobre a linguística”, aponta que “a história de uma língua

é sempre o espelho da história política de uma região” e defende que todas as línguas, em sua origem, teriam experimentado um processo semelhante ao da “crioulização”, com povos de diferentes origens, falantes de diferentes línguas que, em situação de emergência, estabelecem a comunicação por meio de uma nova língua, incomum aos dois povos. O autor põe em xeque o fato de determinadas línguas serem denominadas de “crioulas” e outras não, ainda que um processo semelhante tenha ocorrido em sua origem.

Para Degraff (2001, p.11, apud DEWULF, 2014, p. 306), há certeza de que essa diferença, na verdade, não se faz embasada em critérios científicos, e sim embasada no poder e influência de seus falantes. Para o autor, “se nós distinguimos entre uma língua crioula e não-crioula, baseamo-nos em primeiro lugar em condições sócio-históricas; os critérios linguísticos, por sua vez, só aparecem em segundo plano, devidamente adaptados à situação” (DEWULF, 2014, p. 306).

Segundo Dewulf (2014), a principal questão apresentada na conferência a respeito do crioulisto, que aconteceu no mês de outubro de 1999, na universidade de Chicago, girava em torno do fato de que a diferença, no que diz respeito às línguas crioulas e às consideradas não crioulas, baseava-se na perspectiva europeia-ocidental, imperialista e racista.

Com base na ótica da linguística tradicional, segundo o autor, seria certo também afirmar que todas as línguas, a começar por português, espanhol, inglês, francês e etc. poderiam ser consideradas crioulas, visto que todas elas são provenientes de um processo de contato entre línguas há séculos (DEWULF, 2014, p.307), conforme podemos verificar, inclusive, no breve histórico de formação da língua portuguesa apresentado anteriormente.

Retomando o que afirma Dewulf (2014), apontar, por exemplo, que as pessoas que falam o cabo-verdiano, o guineense e o santomense simplesmente são falantes de “crioulo” poderia ser comparado a afirmar que as pessoas que falam línguas como o português, o espanhol e o francês são também falantes de “crioulo” (neste caso, de base latina e, especificamente no caso do português, de base latina e árabe).

Independentemente da confirmação da tese de Dewulf (2014), é incontestado o fato de que a língua presente em território guineense muito se difere das línguas de base portuguesa originadas em outros países africanos, o que justifica plenamente o emprego do termo “guineense” em lugar de “crioulo”.

O guineense surgiu através do contato de diferentes línguas, entre elas, o português e as línguas étnicas faladas pelos autóctones. É o resultado da constituição de novos grupos sociais no território guineense, pela classe dominante europeia, composta por pessoas como comerciantes, administradores, soldados e missionários, luso-africanos e lançados, cuja primeira língua era o português; e pela classe mais numerosa e dominada, composta pelos autóctones tais como tangomãs, ou esposas africanas dos europeus, com seus muitos “filhos da terra”, denominados afro-portugueses, os assimilados, os grumetes e outros provenientes das tabancas do mato, tendo como línguas maternas chamadas de “substratum”, que pertenciam às línguas africanas do território, de subfamílias Oeste-Africana e Mande, e a segunda era o pidgin ou crioulo português (SCANTAMBURLO, 1999, P.25).⁴

Nesse primeiro momento, esses novos grupos se comunicavam em pidgin, usando frases desconexas, ou seja, a comunicação se passava mais por meio de palavras sem construção mais complexa e, provavelmente, eram acompanhadas com gestos para facilitar a compreensão. Naquele momento, ao que tudo indica, os mandingas de Dandu, zonas de Geba e de Farim, assim como de Casamansa e alguns beafadas, seriam pioneiros. Como apontam Barbosa e Bull “naquela idade em que ninguém aprende línguas, mas vocabulários a saber e a criar a língua do ‘branco’” (BARBOSA, 1897-99, p.181; BULL, 1989, p. apud SCANTAMBURLO. 1999, p.29).

Com o passar dos tempos, esse pidgin ou “crioulo português” vai ganhar mais vivacidade e começa a passar do nível do pidgin à língua propriamente dita, como afirma Scantamburlo (1999):

[...] E por isso, o sistema iria a pouco e pouco tornar-se mais complexo e (re)estruturar-se, alargar-se a outros domínios de aplicação, tudo isso tomando ainda uma maior amplitude quando as primeiras crianças foram educadas nessa língua. É esse processo de complexificação, de estruturação, de alargamento, que chamamos criouliização, pois o seu resultado é o surgimento dum crioulo, duma nova língua (ROUGÉ, 1986, p.38, apud SCANTAMBURLO, 1999).

⁴ Segundo Bull (1989, p. 69, apud INTUMBO, 2006, p. 2), os lançados seriam desertores ou aventureiros portugueses que só tinham uma opção para sobrevivência: a de exilar-se para o continente africano, fugindo das sanções régias. Grumetes seriam africanos que auxiliavam esses lançados em suas atividades. Os assimilados seriam aqueles africanos que, por algum motivo, adequaram a civilização europeia na época colonial com o intuito de adquirir alguns benefícios, sejam eles políticos ou de bens materiais.

Essa nativização do pidgin português se deu com os “filhos da terra”, por isso são considerados os primeiros falantes do guineense (COUTO, 1994, p. 19, apud SCANTAMBURLO, 1999, p. 24).

Segundo Petter (2015, p. 203), a padronização das línguas na África tem o seu início no período antes da colonização e início da colonização, no momento em que os missionários começam a traduzir a Bíblia e produzir materiais didáticos às suas escolas. Nesse período, várias línguas foram gramatizadas, porém não padronizadas. Após a colonização, apareceram muitos trabalhos comprometidos com a padronização de línguas locais e alguns obtiveram êxito.

O guineense, assim como outros “crioulos” dispersos no mundo, também está registrado em alguns trabalhos, tal que hoje ele goza de diferenças de outras línguas, sendo língua materna de grande maioria dos guineenses e goza da plenitude no que diz respeito à sua função.

Para Scantamburlo (1999, p.34) “Hoje, o guineense é reconhecido como uma língua ‘sui generis’ composto por um léxico derivado da língua portuguesa e uma estrutura gramatical africana”. Vai além ao dizer que “o guineense expande-se porque é transmissor de cultura e instrumento de comunicação nas cidades, nos ambientes e nas cerimónias oficiais, outrora domínios exclusivos em que era utilizado o português”.

2.4. A situação linguística e social atual de Guiné-Bissau

A República da Guiné-Bissau fica situada na Costa Oeste Africana e compõe fronteira ao Norte com a República do Senegal, ao Sul e Leste com a República de Guiné-Conacri e, ao Oeste, com o Oceano Atlântico. Contém uma superfície total de 36.125 Km², sendo formada por duas partes a saber: uma continental abarcando uma superfície total de 34.625 km², a outra é a parte insular cuja superfície total é de 1.500 km² onde fica o denominado Arquipélago dos Bijagós (Scantamburlo, 1999, p.15 e CÁ, 2015, p.24). A sua população total atual está estimada em 1.922.771 de acordo com os dados de Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (CÁ, 2017, p.12).

O país se divide em oito regiões administrativas a saber: Bafatá, Biombo, Bolama, Cacheu, Gabú, Oio, Quinará, Tombali. Juntando-se com o sector autónomo de Bissau

(capital do país), essas regiões administrativas compõem um total de trinta e seis sectores que, por sua vez, lideram um aglomerado número de tabancas (CÁ, 2017, p.12 e CÁ, 2015, p.24). O território atual onde fica a Guiné-Bissau, foi delimitado em 1886 (CÁ, 2015, p.24), tendo como seu marco nessa delimitação a Conferência de Berlim.

Segundo Santos (1989, p. 191, apud CÁ, 2015, p.24), “nesse espaço geográfico evolui assim até aos nossos dias uma população heterogênea constituída por vários grupos etnicamente distintos, com organizações sociais, culturais, religiosas, econômicas e políticas bastante diferenciadas”.

Apesar de se apresentar como um país de pequena extensão territorial, a Guiné-Bissau:

tem mais de vinte grupos étnicos entre os quais se destacam balanta, fula, manjaco, mandinga, pepel, mancanha, beafada, bijago, felupe, nalu, tanda, cocoli, susso, cada um com a sua língua. Dessa forma, o país apresenta uma vasta diversidade linguística e cultural. O crioulo não é língua de nenhuma etnia, mas sim de todos os povos, criada durante o período da colonização e escravização colonial. Muitas características culturais são aparentemente comuns em certas etnias, (por exemplo, a forma de se vestir entre fulas, mandingas beafadas e sussos; as práticas de agricultura entre balantas, felupes e nalus; a forma de extração de vinho entre manjacos, mancanhas, balantas e pepeis; o jeito de pescar entre bijagos e pepeis), mas muitas outras características se diferem – a língua é uma delas (COUTO, 1994; NAMONE, 2014, apud NAMONE e TIMBANE 2017, p.43).

A Guiné-Bissau possui um caldeirão de várias línguas, entre elas o guineense é a mais falada. O português goza do estatuto de língua oficial e do ensino em Guiné-Bissau, embora falada por um pequeno número da população. A maior parte da população guineense está concentrada na capital Bissau e a mudança das pessoas da zona rural para zona urbana é incentivada pela procura do emprego, oportunidades e serviços básicos como hospitais, escolas e etc. (NAMONE e TIMBANE, 2017, p.43).

No que concerne ao número de línguas africanas presentes no território guineense, não há uma concordância entre os autores que, sobre isso, escreveram. Para Scantamburlo (1999, p.55-56), deixando de fora o português e o guineense, no território da Guiné-Bissau, são faladas 25 línguas étnicas, tendo como os dez grupos étnicos mais importantes em termo de número dos falantes os Balantas (com estimativa de cerca de 245 000 falantes); Fulas (estimada em 200000 falantes); Mandingas (estimada em 100000

falantes); Manjacos (estimada em 80000 falantes); Papeis/Pepeis (estimada em 72000 falantes); Beafadas/Bedjola (estimada em 20000 falantes); Bijagós/Bidjuga (estimada em 20000 falantes); Mancanhas/Brames (estimada em 19000 falantes); Felupes (estimada em 15000 falantes) e Nalús (estimada em 4000 falantes).

Segundo o censo de 2009, entretanto, há, atualmente, no território guineense, de 25 a 40 grupos étnicos. As etnias com maior número de falantes seriam: Fula (28,5%), situada, no seu maior número, na zona Leste do País; seguida da etnia Balanta, com 22,5% da população do país, habitando principalmente nas zonas Norte e Sul do país, nessa ordem de quantidade; seguida da etnia Mandinga, ocupando a terceira posição, com 14,7% da população, situada no Norte; a etnia papel/pepel, ocupando a quarta posição, com 9,1%, habitados na zona Norte do país; depois a etnia Manjaca, que também habita no Norte, com 8,3%. As etnias cujos números dos falantes são menores entre as que possuem maior número dos falantes, são listados como Beafada (3,5%), Mancanha (3,1%), Bijagós (2,15%), Felupe (1,7%), Mansoanca (1,4%) e Balanta Mane (1%). As etnias como Nalu, Saracole e Sosso apresentam um número representacional menor de (1%) da população (BENZINHO e ROSA, 2015, apud CÁ, 2017, p.13).

De acordo com os dados apresentados acima sobre as línguas africanas presentes na Guiné-Bissau, pode-se notar uma divergência entre os autores, principalmente no que diz respeito ao números de línguas presentes nesse território, o que pode-se dar pelo fato de que Scantamburlo (1999, p.55 e 57) apresenta algumas etnias como subgrupos das principais, a exemplo das etnias Balanta-Mané e Mansoanca, apontadas como subgrupos da etnia Balanta, e não como etnias propriamente ditas, diferentemente, do que propõem Cá (2017, p.13), que distinguem essas etnias.

Nota-se, também, que, quanto ao cálculo percentual dos grupos étnicos aqui apresentados como mais numerosos, há uma diferença nos dados que pode também ser explicada com base na larga diferença em que os recenseamentos foram realizados, pois a população cresceu e os números mudaram.

Para Scantamburlo (1999, p.56), esses números estimados dos grupos étnicos e suas respectivas línguas já existiam antes da presença dos europeus (em especial os portugueses) na Costa Ocidental da África, exatamente no século XIII, através da expansão do Império Mandinga do Mali. A região que hoje faz parte da República da Guiné-Bissau foi ocupada por esses grupos étnicos acima citados. Além desse grande

número de línguas étnicas presentes no espaço guineense, da presença do português e do guineense, há também a presença da língua francesa, incentivada, pela emigração dos países da área econômica oeste-africana (SCANTAMBURLO, 1999, P.58).

No que se refere à influência da língua francesa em Guiné-Bissau, como acima citado, Scantamburlo destaca o seguinte:

Com a emigração dos países da área econômica oeste-africana, a língua francesa tem ocupado também um lugar de prestígio na Guiné-Bissau, levando alguns a afirmarem que está a igualar em porcentagem de locutores a língua portuguesa. Isso não corresponde à realidade, sobretudo pelo facto de a competência em língua francesa da maioria dos emigrantes ser bastante incipiente (SCANTAMBURLO, 1999, P.58).

Contudo não existem muitos trabalhos sobre isso, mas é certo que o francês hoje em Guiné-Bissau possui uma grande influência, principalmente no que diz respeito ao emprego e a relação para com outros povos imigrantes presentes no território guineense, razão pela qual ela hoje é uma das línguas, junto do inglês, que constam no currículo escolar guineense e, na maioria dos casos, é ofertada como disciplina obrigatória. Isso pode ser explicado pelo fato de que a Guiné-Bissau se firmou entre países (Senegal, Guiné-Conácri, Mali e etc.) cuja língua oficial é o francês. O outro fato que poderia explicar esse contexto é o número de empresas fixadas no território guineense, cuja a maioria dos seus proprietários são desses países vizinhos da Guiné-Bissau.

Por ser hoje uma língua de domínio mundial em todos os aspectos, principalmente na tecnologia moderna e no ensino, a língua inglesa ocupa hoje um papel muito importante na Guiné-Bissau, principalmente na camada juvenil, o que leva muitos jovens hoje a optarem em fazer o curso do inglês básico e, posteriormente, de nível mais elevado, para poderem estar aptos às demandas exigidas pelo mercado econômico. Essas demandas impulsionaram, inclusive, o Ministério da Educação Nacional a implantar os cursos de formação dos professores de línguas inglesa e francesa na Escola de Formação Superior “Tchico Té”.

O wolof, língua falada em Senegal, que possui o mesmo caráter do guineense, já que é a língua que muitos senegaleses usam para comunicação no dia-a-dia entre os diferentes grupos étnicos, exerce também uma pequena influência em Guiné-Bissau,

principalmente na capital Bissau, visto que a presença dos senegaleses é muito significativa no território guineense, sobretudo na área do comércio e do trabalho mecânico. Além disso, conta-se com o enorme fluxo dos guineenses no território senegalês que, ao voltarem à Guiné-Bissau, trazem consigo, a língua wolof, como afirma Cá (2017).

Segundo Calvet (2007, p.80), as línguas podem ser denominadas pelas seguintes funções: língua nacional, língua oficial, língua regional e etc. No contexto guineense, a língua guineense é a língua nacional; o português, língua oficial; as línguas étnicas desempenham as funções de línguas regionais, levando em conta o povoamento nas regiões diferentes de cada etnia, como já apresentado.

O uso linguístico em Guiné-Bissau baseia-se num modelo que Petter chamou de trifocal, modelo em que três línguas são faladas numa mesma comunidade, possuindo, cada uma, um papel diferente das outras. Nesse modelo, a língua mais prestigiada é a que possui o *status* de língua oficial, aquela usada nos documentos oficiais, relações diplomáticas internacionais, ensino superior e etc., considerada como a cabeça da lista. Depois, na segunda posição, vem a língua mais usada na comunicação diária e que serve para comunicação interétnica. Normalmente é usada para poder tornar todos inclusos no ambiente comunicativo. Na terceira posição, consta a língua de comunicação entre pessoas da mesma etnia, utilizada num certo momento linguístico como no meio da família, nas aldeias e etc. (PETTER, 2015, p.199).

Língua oficial é toda língua que é usada no sistema administrativo e educacional. Ela nem sempre é a língua falada pela maior parte da população e, em alguns países, assim como em Guiné-Bissau, ela é a língua dos antigos colonos e a língua internacional. A língua veicular é a língua local e serve para estabelecer uma comunicação entre pessoas dos vários grupos étnicos. Ela é uma língua a qual pode-se considerar de identidade nacional, pois junta um povo pela mesma cultura, língua e história. (Petter, 2015, p.196-197).

Para Scantamburlo (1999, p.61), o português tem um prestígio inigualável às demais línguas em Guiné-Bissau, por conta do seu estatuto de língua oficial, a única usada nos documentos oficiais e no ensino e também pelo seu caráter de língua internacional. No que tange a adoção do português em Guiné-Bissau como língua oficial, vale a pena

ressaltar as palavras de Amílcar Cabral, considerado pai da nacionalidade guineense, sobre a vantagem de ter o português como língua:

A língua portuguesa era o dom mais precioso que os portugueses tinham trazido para Guiné, sendo necessário conservar este dom para manter os contatos com as outras nações e com o universo das técnicas: e, para ele, o guineense não estava ainda bem estudado para ser adoptado como língua escrita (SCANTAMBURLO, 1999, p.63).

Cabral, com isso, queria mostrar aos guineenses que a língua guineense, na altura, não podia ter esse prestígio, pois o povo precisava se relacionar com outros povos e, também, estar inserido no mundo das ciências, e isso só era possível com o emprego da língua portuguesa. Ou seja, para ele, o guineense, embora fosse uma língua de grande importância aos locais, não era/é uma língua de carácter internacional, para ser escolhida como língua oficial, caso contrário, dificultaria aos guineenses a inserção no mundo das ciências e tecnologias.

Após a contextualização social e linguística da Guiné-Bissau, necessária para conhecimento da comunidade linguística investigada, passamos a abordar, na sequência, questões relativas à abordagem desta comunidade, que se centra na avaliação linguística.

2.5. A avaliação linguística e social

Segundo Zambonim (1989, p.141), a sociolinguística está pronta a oferecer uma modalidade de pesquisa, de análise e interpretação dos dados de uma língua natural a partir de uma forma mais ampla e que causa satisfação, repondo, dessa forma, a linguística na sua inteireza da história, real e humana, no que diz respeito ao aspecto sociocultural.

Para esses autores, o comportamento do falante se manifesta de duas maneiras a saber: uma que se relaciona à avaliação linguística e outra à avaliação social. A avaliação linguística das formas variantes está associada à eficiência comunicativa na interação social, isto é, à utilidade da função das formas. A avaliação social das formas variantes pode ser observada no comportamento do grupo: os indivíduos que pertencem a uma comunidade de fala dão significado social para as formas linguísticas. [...]as pessoas

dividem atitudes em relação à língua, e tentam as agrupar em sua avaliação. “O problema da avaliação, mais especificamente, se reporta à atitude subjetiva e consciente de quem usa língua em relação às formas linguísticas em variação ou mudança” (COELHO et al., 2015, p.91).

Freire (2016), no seu trabalho, cujo tema é “Variação, estilo, atitude e percepção linguística: no caso das laterais /ʎ/ e /l/ no falar paraibano”, aponta que:

a avaliação é uma prática recorrente em diferentes contextos da sociedade e recai sobre diversos e múltiplos comportamentos sociais. Sendo a língua um comportamento social, também não poderia ser diferente: está sujeita à avaliação de quem fala, de um lado, e de quem a escuta, do outro lado: revelando aspectos desse complexo processo no qual reações subjetivas evidenciam como uma variedade linguística é avaliada. Positiva ou negativamente (FREIRE, 2016, p. 45).

Com isso, pode-se afirmar que a avaliação é um aspecto natural na sociedade e na língua, mas deve-se ser feita de uma forma digna, em que não ocorra a inibição de um certo grupo nas suas regras estabelecidas para sua vivência no dia-a-dia. No que concerne à avaliação sobre as diferentes formas de expressar a mesma língua (no caso a língua portuguesa) dos falantes guineenses, velho é possível verificar o preconceito que os europeus-portugueses tinham para com os povos dominados, em especial, o povo guineense, de que não sabem falar o português, uma vez que estes não falam igual àqueles (BULL, 1989, p.44).

Muitas das avaliações feitas hoje sobre o uso da língua visam apontar erros, ouvir como as pessoas falam e julgar a partir dos pressupostos da gramática normativa. Bagno (2015), em seu livro “Preconceito Linguístico” afirma que:

O preconceito linguístico se baseia na crença de que só existe uma única língua portuguesa digna desse nome e que seria a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogada nos dicionários. Qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, pela ótica do preconceito linguístico, “errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente”, e não é raro a gente ouvir que isso não é português (BAGNO, 2015, p.64).

Labov (2008, p.64), em seu estudo feito na cidade de Nova York, no que tange ao uso do /r/, mostra que é difícil observar a distribuição social da língua sem que o padrão de organização social que organiza a vida da cidade conte. E vai além dizendo que “a estratificação social é o produto da diferenciação social e da avaliação social” (BARBER, 1957, p.1-3, apud LABOV, 2008, p.64). Para isso, qualquer avaliação linguística deve levar em conta os modos, culturas, estilo de vida e as diferenças que existem na sociedade onde é aplicada.

2.6. A avaliação linguística em território multilíngue

Segundo Petter (2015, p.195), o multilinguismo significa a maneira que um falante usa uma língua ou outra a depender da situação de comunicação. Essa escolha, no entanto, não pode ser feita de maneira subjetiva, leva as pessoas a valorizar algumas línguas, as mais utilizadas, e a desprestigiar outras, aquelas que possuem o uso restrito de comunicação, como no ambiente familiar. A autora ainda afirma que isso “é a dinâmica social, que sofre o impacto de ações políticas dos governos, que vai selecionar e hierarquizar o uso das línguas em presença.

No contexto linguístico africano, a escolha das línguas das antigas colônias como sendo oficiais parece ser motivada pelo fato de ela não possuir “laço” com determinado povo, sendo assim, poderiam servir de unidade nacional e de comunicação entre povos de diversas línguas e costumes de cada país, pois as linguais locais se vinculam sempre a uma determinada região, a serviço do grupo étnico ali predominante. Outro motivo, seria que a maioria dessas línguas não dispunha de sistema de escrita que poderia ser usado na administração e no ensino. Mas a realidade mostrou-se diferente, pois as línguas das antigas colônias ainda hoje possuem uso limitado nas grandes cidades e nas necessidades da vida moderna, em grande porção dos países africanos. Nas zonas rurais e nos meios domésticos, o emprego das línguas locais também continua predominando (Petter, 2015, p.196).

Petter (2015) afirma ainda que:

Em ambientes plurilíngues, como na África, onde os indivíduos falam várias línguas, há uma tendência a desenvolver atitudes diferentes para cada uma das línguas utilizadas. No caso de o indivíduo utilizar três línguas – a materna, a veicular regional e a oficial -, a língua materna, normalmente, terá um valor simbólico, como a língua de sua identidade étnica e cultural. A língua veicular interétnica terá um considerável prestígio socioeconômico, enquanto a língua oficial desfrutará do mais elevado *status* e valorização socioeconômica. Quanto maior for o prestígio de uma língua mais positiva será a atitude de seu falante e, quanto menor for o prestígio da língua, mais negativa será sua atitude, pois a hierarquia econômica é em grande parte responsável pelas atitudes linguísticas dos falantes. [...] a atitude positiva em relação a língua oficial leva à rejeição, por grande parte dos pais, ao ensino em línguas africanas, pois eles desejam que seus filhos sejam proficientes nas línguas que promovem a ascensão social, as línguas europeias (PETTER, 2015, p.218).

Os pais e encarregados de educação das crianças e adolescentes desempenham também um papel fundamental no que tange à avaliação linguística em território multilíngue, pois são fundamentais nas decisões dos filhos e educandos, na escolha das línguas as quais devem mais valorizar, a depender do contexto de uso comunicativo.

Em seu trabalho denominado “Práticas linguísticas em Moçambique: avaliação da vitalidade linguística em seis distritos” Ngunga e Bavo (2011, p.25) apontaram que, em todos os distritos das zonas rurais, as pessoas indagadas sobre a transmissão linguística intergeracional mostraram acreditar que todas as pessoas da comunidade falam a sua língua local, independentemente de suas faixas etárias. Em Inhassoro, os entrevistados disseram que comunicam sempre em Xitshwa e ensinam seus filhos a valorizar esta língua. Em Govuro, os informantes afirmaram o mesmo, e mostraram que falam Cindau em suas casas e a ensinam a seus filhos a falar e valorizar. Na Ilha de Moçambique, os entrevistados disseram que as crianças nascem e falam a língua Makhuwa, aprendem-na e a usam em diferentes contextos de sua vida de dia-a-dia.

Para esses encarregados de educação, o português é a língua que seus filhos aprendem e falam com seus professores na escola, entretanto a pesquisa aponta que essas afirmações dos pais e encarregados de educação não condizem com a perspectiva linguística de seus filhos e educandos, pois esses mostram que falam suas línguas locais, porém não as aceitam. Portanto, desenvolveram em si uma atitude negativa em relação a estas línguas (NGUNGA e BAVO, 2011, p.25).

Numa das conversas promovidas com o grupo Inhassoro, um líder religioso afirma estar em perigo de desaparecimento a língua Xitshwa e previu que ela poderia não existir até o ano de 2015, por causa da influência de outras línguas e de sua não utilização pelos falantes mais novos. A rejeição dos jovens de falar a língua local levou outro líder religioso a atribuir a culpa a alguns pais, que só se comunicam com seus filhos em português e aos líderes católicos e muçulmanos, que empregam o português em seus serviços religiosos em prejuízo das línguas locais (NGUNGA e BAVO, 2011, p.25-26).

Diferente da realidade das zonas rurais, nas cidades moçambicanas, principalmente na Beira, as línguas locais são cada vez menos transmitidas de geração para geração, devido a predominância comunicativa em língua portuguesa. Os jovens ali entrevistados, que estudam na Escola Secundária Samora Machel, afirmaram que o pouco que sabiam da língua ndau e sena não a aprenderam em casa e sim na rua, e não podiam sustentar um diálogo sério, a não ser para fazer algumas ironias ou construir algumas frases para conversar com idosos. Ngunga e Bavo (2011, p.26) ainda apontam que:

os dados mostram que os adultos (maiores de 25 anos) gostam das suas línguas e usam-nas em todas as situações de comunicação: com os familiares, com os amigos, na igreja, no mercado, etc., e ensinam aos seus filhos a falar e valorizar a sua língua. Quando indagados sobre o comportamento dos alunos (seus filhos) que disseram não gostarem das suas línguas maternas e que falavam porque eram obrigados pelos pais, estes mostraram-se indignados com tais afirmações, dizendo que aqueles eram “malucos”, por gostarem de Português que nem sequer dominam.

Como acima citado, o prestígio que se dá às línguas oficiais trazidas pelos antigos colonos proporciona uma avaliação radical aos falantes pertencentes aos territórios multilíngues. Avaliação essa de negar suas línguas locais, por almejar uma ascensão social proporcionada pelas línguas oficiais. Porém, apesar desse forte desejo de ascensão, há estudos que apontam o fraco domínio dessas línguas oficiais de origem europeia pelos falantes pertencentes aos países da África Subsahariana, como aponta Zau (2015, p.2).

O fraco domínio dessas línguas oficiais por parte dos falantes africanos em territórios multilíngues poderia ser o viés que impulsionou vários escritores africanos ou aqueles cujas obras visam ser consumidas nos territórios africanos multilíngues a fazer

uma espécie de publicação bilíngue, ou seja, a escrever uma obra em duas diferentes línguas: a oficial e a local.

Zau (2015, p.2) aponta que “em 1642, foi impresso, em Luanda, o primeiro catecismo bilíngue, em português e kimbundu, intitulado “Gentio de Angola Suficientemente Instruído”, organizado pelo Pe. Francisco Paccónio e adaptado pelo Pe. António do Couto”. Em Guiné-Bissau, algumas obras desse caráter são publicadas, das quais destacamos a obra “Entre o Ser e o Amar” de Odete Semedo, escrita em português e guineense, publicada em 1996. A obra está composta de poemas, entre eles, um cujo tema é “Em que língua escrever?” “Na kal lingu ke n na skribi?”.

Para Rocha (2013, p.23), uma das questões nas obras de Odete Semedo é a busca pela identidade nacional, tendo a língua como uma dessas questões. Fonseca (2011, p. 74, apud ROCHA, 2013, p.24) ainda afirma que “As indagações que atravessam o poema de Semedo expressam os impasses que se põem entre falar crioulo, a língua de identificação nacional, o idioma em que se expressam os afetos e a intimidade, e escrever em português, a língua oficial do país”. No poema, poderia-se notar que a autora se expõe numa situação de dilema/dúvida sobre qual língua usar (entre guineense e português) para melhor transmitir seus sentimentos e ser ouvida numa sociedade dividida pela hierarquização linguística. Há quem diga que a autora o revela numa conversa de que se escrevesse só em guineense ninguém teria a comprado, se escrevesse só em português, a obra não teria o impacto que deseja.

A esse respeito, Scantamburlo (1999) afirma que:

[...] o Português e o Guineense são, de facto, duas línguas com estatutos e funções diferentes e complementares, na sociedade da Guiné-Bissau: o Português é a língua internacional e oficial, o guineense é a língua veicular, materna e segunda, para a maioria da população. É preciso desenvolver cada uma segundo as suas funções específicas, sem forçar, por meio de políticas linguísticas de duvidosa eficácia, uma ou outra a cumprir funções alheias à sua natureza. Continua-se, no entanto, a afirmar que o guineense é “um português mal falado”, obrigando todos os alunos das escolas primárias a aprender a ler e a escrever em língua portuguesa, como se fosse a sua língua materna ou uma língua que já conhecessem ou falassem em meio fora das de aulas; esta posição é um mau serviço prestado a ambas as línguas. Até hoje esta política linguística tem alimentado uma situação difícil e sem saída para uma convivência pacífica entre o Português e o Guineense SCANTAMBURLO, 1999, p.64).

Segundo Petter (2015, p.218), “um elemento fundamental a ser considerado na manutenção do uso de uma língua é a atitude do falante, isto é, sua disposição positiva, negativa ou indiferente em relação às línguas que convivem no seu ambiente”.

A atitude do falante, muitas vezes, infelizmente, não analisa a língua de acordo com suas diferentes funções de uso, o que se vê em relação a essa atitude, é uma avaliação social, no que tange às formas diferentes de usar a língua, o que leva muitos falantes a tentar negar suas formas de uso da língua em prol das formas, talvez, da classe mais alta na hierarquia social. Em estudo feito em *Lower East Side*, com o intuito de identificar os estilos diferentes na pronúncia do /r/, Labov (2008) comprova essa forma de avaliação, onde a classe baixa tenta ajustar seu comportamento de acordo com a forma de falar da classe média alta:

No estilo A, somente os falantes da classe média alta abaixo dos 40 anos mostram maior quantidade de (r-l). nenhum dos falantes mais jovens dos outros grupos sociais mostra qualquer resposta a esta norma no estilo A, em bora algum efeito possa ser visto nos sujeitos de idade mediana, especialmente no segundo grupo de *status* mais elevado (classe 6-8, classe média baixa). No estilo B, o efeito imitativo é exagerado, com o grupo de idade mediana de classe média baixa chegando bem perto da norma da classe média alta (LABOV, 2008, p.84).

Segundo Labov, “o padrão observado na pesquisa das lojas de departamento remete uma prova da insegurança linguística, o que impulsionou o grupo mais velho a tomar a regra de uso (r-l) da atualidade em prejuízo da regra mais antiga”.

Em pesquisa elaborada com o intuito de observar os tipos de avaliações que os brasileiros fazem sobre a língua que falam, no caso a língua portuguesa, Freitag et al. (2016, p.72); apontaram as características depreendidas nas respostas à pergunta “Que características você acha que permitem reconhecer a forma de falar da sua região?”, para os inquiridos nordestinos do Sergipe e Rio Grande do Norte, o resultados indicam que o sotaque do nordeste vem adjetivado desta maneira: “nordestino”, “arrastado”, “cantado”, “forte”, “puxado”, “engraçado”. A fala é “exagerada” e “desleixada”, “crua” e com “simplicidade”, marcada pelas gírias locais, da região, expressões populares, palavras peculiares. Mediante esses adjetivos, denota-se uma avaliação supostamente negativa no

que concerne à forma de falar nordestina, em comparação com formas das outras regiões do país.

Em seu estudo sobre a relação entre línguas, Silva (2011), confronta as **línguas brasileira e portuguesa**, com base no corpus constituído de entrevistas realizadas pelos alunos de curso de graduação em linguística da Universidade Federal de São Carlos, com a finalidade de promover reflexões no que tange à língua portuguesa em um determinado espaço de enunciação.

Os trechos das entrevistas estão divididos em três cenas e todos dissertam a respeito da língua portuguesa falada no Brasil. Na terceira cena, o entrevistado, ao ser perguntado sobre que língua considera falar, respondeu o seguinte: “Considero falar Português [...] Mais a gente gira em falar brasileiro, uma sub língua” (SILVA, 2011, p.66).

Ao analisar o segundo enunciado do entrevistado na terceira cena, Silva (2011, p.77) aponta que, no segundo enunciado, o entrevistado fez um recorte da língua, enquanto fala da mesma, “ainda ao fazer uso do prefixo sub, designa assim o “brasileiro” como uma língua inferior de substituição, de aproximação”. A autora mostra ainda que isso remete ao que Orlandi (2009) aponta acerca das questões que expõem a respeito da língua brasileira, afirma:

E, na ambiguidade da memória, em que ressoam ecos da colonização, inclusive professores deslizam para a representação de que a língua verdadeira, pura é a língua portuguesa de Portugal e o brasileiro é um português mal falada (ORLANDI, 2009, p.177, apud SILVA, 2011, p.77).

No que tange aos brasileiros a avaliar pejorativamente as suas variedades, Lucchesi (2008) discorre o seguinte:

A subserviência linguística não é apenas reflexo de um lastimável estado de espírito de submissão cultural e ideológica da elite brasileira aos modelos da dominação das grandes potências imperialistas, desde o século XIX até os dias atuais. Revela, sobretudo, um absoluto desprezo pelas coisas da terra e pela cultura nacional e popular. A adoção de um padrão normativo estranho à realidade linguística do país integra um projeto elitista de poder e de exclusão social, no qual a grande maioria da população do país deve ficar fora dos centros de

decisão política e da distribuição da riqueza nacional, até porque “nem sequer sabe falar o idioma pátrio”. O outro lado da moeda desse elitismo linguístico é o pesado estigma social que recai sobre as variantes linguísticas mais notáveis da fala popular brasileira (LUCCHESI, 2008, p.158).

Esse reflexo de colonização que sempre reproduz essa suposta hegemonia da variedade do português de Portugal pode ser percebida também nos países africanos cuja língua oficial é o português. Petter (2007, p.9) aponta que os trabalhos feitos em Angola e Moçambique, a respeito do português local, “seguem a metodologia de comparar a variedade sob análise ao português europeu: destacam-se as particularidades, os desvios, os “erros”, sempre considerando o PE como a forma padrão”.

É com base nessas constatações a respeito da avaliação das diferentes variedades de língua portuguesa e também a respeito das diferentes línguas em territórios multilíngues que desenvolvemos nossa pesquisa, conforme a metodologia que se segue.

3. METODOLOGIA

Como já apontado, o presente trabalho visa perceber a avaliação que os guineenses fazem das variedades de língua portuguesa e também das diferentes línguas presentes no território guineense, o que implica que a investigação recaia sobre um recorte da comunidade de fala guineense, o local imprescindível para a realização de uma pesquisa sociolinguística (LABOV, 2008).

O quadro de informantes se compõe de 50 estudantes do ensino secundário (o correspondente ao ensino médio no Brasil), do Liceu Nacional Kwame Nkrumah. Não foi possível haver equilíbrio da amostra quanto ao sexo dos informantes, com a participação de 16 mulheres e 34 homens.⁵ As idades variam entre 16 e 39 anos, possuindo todos escolaridades semelhantes, ou seja, ensino secundário incompleto.

O Liceu Nacional Kwame Nkrumah é o primeiro e mais conceituado liceu em Guiné-Bissau, devido ao seu passado histórico. Foi fundado no ano de 1958, pelos colonos portugueses e, nessa altura, o nome do liceu era “Liceu Honório Barreto”, dado em homenagem ao administrador da então Guiné Portuguesa por três vezes, Honório Pereira Barreto, filho da mãe guineense e pai cabo-verdiano.

O liceu fica situado na praça de Bissau (bairro mais nobre da capital), na Titina Sila, rua de unidade africana. É uma instituição pública e atende os alunos dos níveis a partir do terceiro ciclo do Ensino Básico (7º, 8º e 9º ano), o equivalente aos últimos anos do Ensino Fundamental no Brasil, e do Ensino Secundário completo (10º, 11º e 12º ano), o equivalente ao Ensino Médio completo no Brasil.

O motivo da fundação do liceu foi o de garantir aos alunos que terminavam o segundo ciclo do Ensino Básico a permanência no país, haja vista, antes da sua existência, os alunos terminarem o segundo ciclo do Ensino Básico com bolsa de estudo em Cabo-Verde ou Portugal.

Nos seus primeiros momentos, o público que o Liceu Nacional Kwame Nkrumah atendia era de classe social mais alta, sendo a maioria filhos dos guineenses que possuíam relações comerciais com os portugueses, ou seja, aqueles que participavam na

⁵ Sendo este um estudo preliminar, neste momento, o recorte não considera os diferentes estratos sociais com equidade entre homens e mulheres, diferentes idades dos informantes, diferentes escolaridades e etnias. O objetivo é que, em pesquisa futura, em nível de mestrado, isso se concretize.

administração colonial, o que ocasionou, inclusive, o fato de que a maior parte dos políticos e outros bem-sucedidos guineenses foram estudantes da instituição.

Com o passar do tempo, devido a ampliação recente das oportunidades para que todos pudessem ter acesso ao Ensino Secundário, o liceu passou a atender o público de classe social média e até mesmo baixa, o que se comprova pelo fato de que os nossos entrevistados, em sua maioria, são filhos dos agricultores, vendedores e de funcionários da iniciativa privada e do setor público.

Concernente à escolha do recorte a ser investigado, Labov (2008, p.68) adverte sobre a importância de definir um certo grupo a ser entrevistado para poder obter os dados precisos, justamente para poder comprovar as hipóteses propostas pela pesquisa. A preocupação era a de que os informantes apresentassem posicionamento crítico sobre os diferentes *status* das línguas e variedades em Guiné-Bissau, sem, contudo, exibirem conhecimento científicos sobre a temática, como apresentam, por exemplo, estudantes do Curso de Letras ou de outros cursos de Ensino Superior.

Os estudantes das séries finais do ensino secundário, por se encontrarem em momento de escolha da profissão, inserção no mercado de trabalho ou, ainda, entrada em curso superior, estão bastante sujeitos às diversas pressões sociais dentro e fora da comunidade, principalmente as relacionadas aos usos linguísticos, o que, em nosso entendimento, proporcionará uma visão bastante ampla e real do chamado “mercado linguístico guineense”.

Para a coleta de dados, construímos um questionário de informações e o dividimos em duas partes a saber: uma contendo o perfil linguístico, e outra contendo questões relacionadas à avaliação de variedades e línguas presentes em Guiné-Bissau. A parte do perfil linguístico procura extrair dos informantes as informações básicas como seus nomes, idades, sexos, etnias, locais de nascimento, cidades onde moram, níveis de escolaridade, línguas faladas pelos informantes e etc.⁶ A segunda parte, foco desta pesquisa, apresenta um total de doze questões, que visam extrair as seguintes informações:⁷

⁶ As informações relacionadas ao primeiro formulário não foram exploradas totalmente nesta pesquisa, que centrou seu foco, neste momento, em questões relacionadas à avaliação, presentes no segundo questionário.

⁷ Anexos, ao final deste trabalho, podem ser visualizados os questionários aplicados na pesquisa.

- A língua (entre étnica, crioulo (termo corrente entre os guineenses entrevistados) e português) que os guineenses consideram a mais importante saber falar em Guiné-Bissau;⁸
- A língua que os guineenses consideram não ser importante saber falar;
- As “melhores” variedades do português (de Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste) que os guineenses consideram para se falar;
- As variedades que os guineenses não consideram importantes se falar ou conhecer;

Além disso, houve a proposta de um *continuum* para a atribuição de notas, de zero a dez, para as variedades do português de Portugal, do Brasil e de Guiné-Bissau, com base nos critérios: “mais correto”; “mais bonito”; “mais preservado” e “mais importante”.

As questões que encerravam o questionário versavam sobre o pertencimento da língua portuguesa (A quem os guineenses pensam pertencer a língua portuguesa?); e sobre o que significava o português para os guineenses, apresentando-se como possíveis respostas itens de diferentes naturezas, relacionados à identidade, à colonização etc.

Os questionários foram reunidos e compilados, a fim de que se extraíssem as tendências gerais e os percentuais referentes a cada item, o que permitiu a apresentação da avaliação da comunidade a respeito do status das variedades de língua portuguesa e também das outras línguas presentes em território guineense, como o guineense e as línguas étnicas.

⁸ Ressaltamos a necessidade da adequação das questões para um público não iniciado aos estudos linguísticos (e sociolinguísticos), o que implica no emprego de linguagem simples, sem termos técnicos e, por vezes, com expressões empregadas na comunidade de fala.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Apresentamos a seguir a avaliação dos estudantes secundaristas guineenses sobre as variedades de língua portuguesa e sobre as línguas presentes na Guiné-Bissau, com base nos resultados gerais extraídos dos questionários submetidos.

A primeira questão proposta versava sobre a língua/variedade considerada como a “melhor” a se falar em Guiné-Bissau, uma indagação que visava verificar se haveria uma hierarquia entre línguas e variedades consideradas no país, como apontado por Petter (2015) e Calvet (2007), independentemente do grande predomínio do guineense e das línguas étnicas como línguas maternas.⁹

Os dados apontam que 60%, ou seja, 30 dos 50 entrevistados, escolheram o português de Portugal como sendo a melhor variedade para se falar em Guiné-Bissau. O guineense e as línguas étnicas constituem o segundo e terceiro lugar na escala hierárquica das línguas faladas no país, como se segue no gráfico.

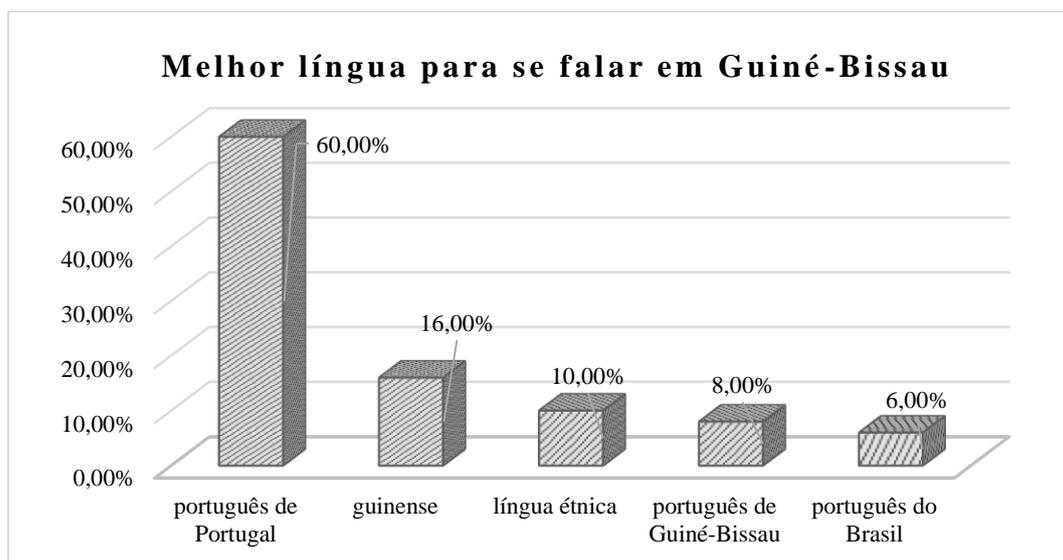


Gráfico 1: A “melhor língua” para se falar em Guiné-Bissau indicada pelos informantes¹⁰

⁹ Como já apontado, por se tratar de um público não iniciado aos estudos linguísticos, não houve, nesta questão, a distinção entre língua e variedade, haja vista o objetivo ser, neste primeiro momento, apenas o de propor uma visão hierárquica do “mercado linguístico” guineense.

¹⁰ Como se nota no gráfico 1, sobre o uso do rótulo “melhor” língua para se falar ...”, que irá se repetir também em outros gráficos mais adiante, com o advérbio “mais” e adjetivos “importante” e “interessante”. Para sociolinguística, não há uma língua “mais” importante ou interessante que outra, todas são igualmente

O apontamento indica que o português de Portugal ocupa um lugar de grande prestígio em Guiné-Bissau, superando, assim, as línguas mais utilizadas pelos guineenses como o guineense (16%) e as línguas étnicas (10%). O português de Guiné-Bissau, apesar de ser a variedade efetivamente presente no país, ocupou a quarta colocação no ranking (8%), ficando à frente apenas do português brasileiro (6%). A hipótese apresentada previamente por Petter (2015) de que a língua oficial normalmente é a língua de prestígio se confirma em parte, pois houve realmente apontamento do português como a melhor língua a se falar, no entanto chama a atenção o fato de a variedade de Portugal, não presente no território (ou presente somente na fala dos não nativos), ser a preferida da maioria dos informantes, o que poderia ser explicado por diferentes fatores, como o processo recente de descolonização e a influência econômica portuguesa, o que buscaremos tratar com mais detalhes com base nos demais resultados.

Na sequência, é possível observar os motivos da escolha do português de Portugal e das outras línguas como sendo as melhores para se falar em Guiné-Bissau. Os resultados apontam diferentes motivações, a depender da língua escolhida, o que demonstra que a análise do falante se deu com base em critérios distintos, como apontam (COELHO et al., 2015, p.91), ou seja, alguns falantes se pautaram em critérios econômicos e outros em critérios sociais ou culturais, como vemos a seguir:

Tabela 1: Os motivos para a escolha da melhor língua/variedade para se falar em Guiné-Bissau¹¹

Principal motivo para a escolha da melhor língua para se falar em Guiné-Bissau¹²					
Motivo	p. de Portugal	p. do Brasil	p. de Guiné-Bissau	guineense	Língua étnica
Mais bonita	10	3	1	3	1
Mais correta	13	1	1	1	0
Mais antiga	3	0	0	1	1
Mais moderna	9	3	1	0	0

importantes, pois desempenham a mesma função comunicativa. A proposta do uso desses rótulos surgiu através de um grupo de estudo sociolinguístico criado na UNILAB com o intuito de discutir exatamente os termos empregados pelos usuários da língua. Por esses serem rótulos bastante comuns entre falantes guineenses, optou-se pelo seu uso nos questionários.

¹¹ As motivações apresentadas no questionário foram sugeridas por estudantes do Curso de Letras da Unilab pertencentes aos PALOP, todos participantes de grupos de estudos sociolinguísticos.

¹² A quantidade de respostas apresentada na tabela excede o número do total de entrevistados (50 informantes), haja vista alguns deles terem apontado mais de uma opção em seu questionário.

Tem muitos falantes	9	2	3	3	0
É a verdadeira	6	1	1	0	0
É língua de cultura	2	0	1	2	4
É língua de identidade	13	1	1	3	1

É possível notar, por meio dos resultados da tabela, que o processo de ensino do português, que se baseia no português de Portugal e seu privilégio pela sociedade guineense influenciariam nos motivos indicados (mais bonita, mais correta, mais moderna e tem muitos falantes, é língua de identidade). Há a indicação de que o português de Portugal seria um modelo a ser seguido (PETTER, 2008, p.9), uma língua necessária ou, como seis dos informantes apontaram, a “língua verdadeira”.¹³

A escolha do guineense seria motivada por seu caráter de língua veicular como aponta Scantamburlo (1999, p. 64) e Petter (2015, p.2018), pois podemos observar o apontamento de motivos como “tem muitos falantes”, “é língua de cultura” e “é a mais bonita”. Na escolha do guineense como “língua de identidade” seria através dela ser a língua a qual os guineenses mais se identificam, pois, a língua para seus falantes serve de identidade, como apontam Labov (2008) e Bagno (2003). A questão certamente é mais ampla do que se imagina, pois é possível notar também que houve 13 informantes que apontaram que o português de Portugal é língua de identidade, um apontamento que revela as diferentes concepções de pertencimento e identidade dos indivíduos em sociedade.

Vale a pena destacar também que boa parte dos informantes que escolheram a língua étnica destacaram-na como língua de cultura, confirmando o que apontamos previamente, ou seja, as diferentes interpretações da pergunta “qual a melhor língua para se falar em Guiné-Bissau?”. Nesse sentido, a(s) língua(s) étnica(s) possui(em) um privilégio no que concerne à cultura guineense.¹⁴ A hipótese apresentada por Petter (2015,

¹³ Vale destacar, como aponta Cá (2017), que o material escolar empregado para o ensino de língua portuguesa em Guiné-Bissau provém de Portugal.

¹⁴ Como base nos resultados, reconhecemos que a questão proporcionou interpretação subjetiva, proporcionando diferentes visões a respeito do vocábulo “melhor”. As questões seguintes do formulário, contudo, suprem os possíveis resultados não conclusivos.

p. 2018) de que a língua materna, normalmente, terá um valor simples, como a língua de sua identidade étnica e cultural, foi confirmada.

A segunda questão proposta versava sobre a língua/variedade considerada como a “não seria interessante” saber falar em Guiné-Bissau, uma pergunta que tinha como intuito observar se haveria língua/variedade(s) rejeitada(s) pelos falantes guineenses.

Os dados apontam que mais de 50% dos informantes afirmam que todas as línguas/variedades são importantes saber falar, 38% afirmam que não seria interessante saber falar as línguas étnicas, 4% afirmam que não seria interessante saber falar o guineense e o português de Angola. Outras variedades do português, exceto a de Angola, não aparecem como as não seriam interessantes aprender a falar, como se pode ver no gráfico a seguir:

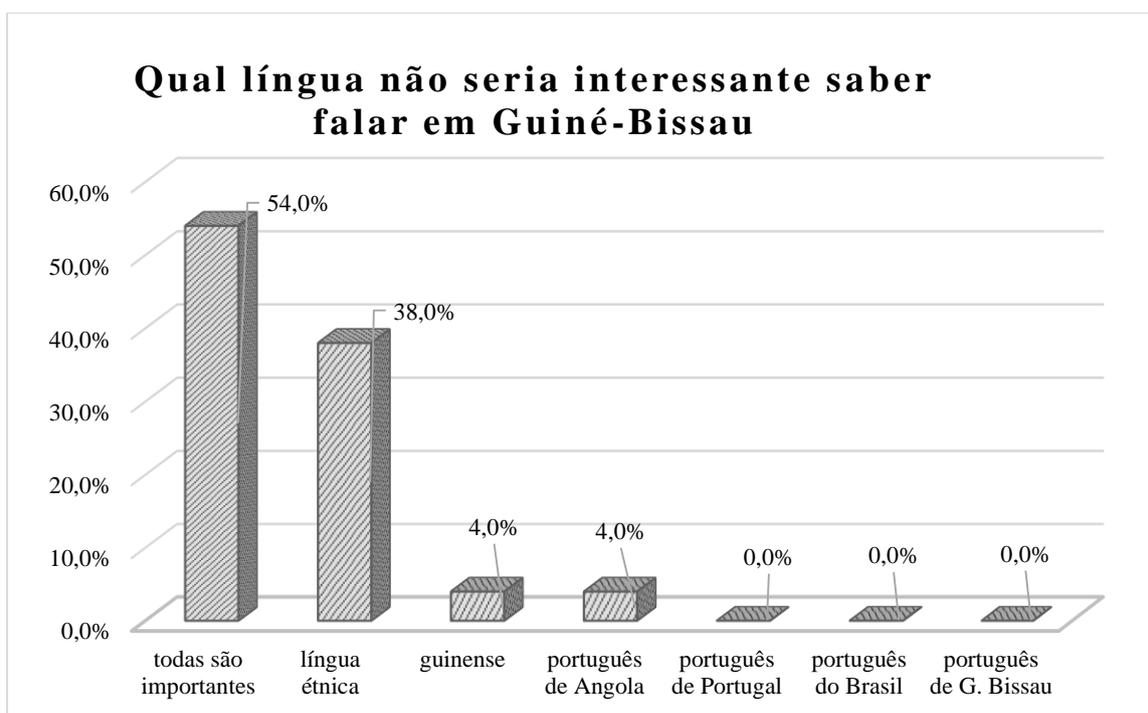


Gráfico 2: A língua/variedade que não seria interessante para saber falar em Guiné-Bissau

Vale a pena destacar a opção “todas são importantes” indicada pelos nossos informantes, embora a pergunta não apresente essa opção. O fato de a maioria dos informantes ter apontado que todas as línguas são importantes pode estar associado ao contexto linguístico do país que, como já destacado, é multilíngue, com um convívio entre

diferentes línguas, nas diferentes situações sociais dos falantes. Como já apontado anteriormente, é comum o falante se utilizar de língua étnica materna em seu seio familiar, do guineense em seu dia a dia e adquirir a língua portuguesa em fase escolar, empregando-a em situações mais formais e na comunicação com outras pessoas de países onde se fala o português.

Não se deve, contudo, deixar de notar a significativa rejeição das línguas étnicas por parte dos informantes (38%), um fato que pode remeter à ideia de língua como recurso, pois as línguas étnicas possuem um caráter comunicativo restrito às comunidades específicas, e não para uma comunicação nacional ou extranacional que promoveria a ascensão social do falante, por isso, têm pouco valor na hierarquia das línguas em Guiné-Bissau, o que poderia explicar a atitude negativa em relação a essas línguas pelos seus falantes guineenses. Essa rejeição das línguas africanas por almejar a ascensão social e cultural promovida pelas línguas oficiais é confirmada também nos estudos de Petter (2015) e Ngunga e Bavo (2011). A mesma ideia de língua como recurso poderia ser observada na escolha do guineense como língua não importante por 4% dos informantes, neste caso, porém, pensando apenas no plano econômico e internacional, haja vista o guineense ter papel significativo apenas na sociedade guineense. Na sequência, as motivações da escolha da questão anterior:

Tabela 2: Motivos pelos quais os nossos informantes escolheram línguas menos importantes para se falar em Guiné-Bissau

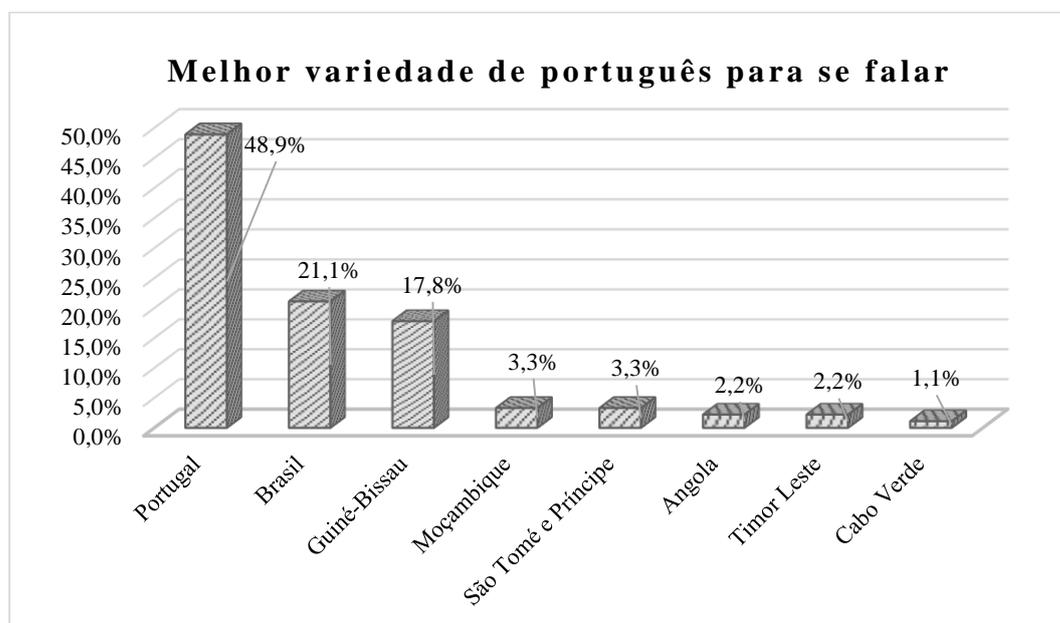
Principal motivo para a escolha da língua menos importante para se falar em Guiné-Bissau						
Motivo	p. de Portugal	p. do Brasil	p. de Guiné-Bissau	p. de Angola	guineense	Língua étnica
Incorreta	0	0	0	1	0	2
Feia	0	0	0	0	0	3
Inculca	0	0	0	0	0	5
Corrompida	0	0	0	1	1	0
Deturpada	0	0	0	1	0	0
Não é nacional	0	0	0	0	0	6
Tem poucos falantes	0	0	0	0	2	12
É apenas um dialeto ¹⁵	0	0	0	0	0	4

¹⁵ Segundo Castro (2018), o dialeto é a variedade de uma língua própria de uma região ou território e está relacionado com as variações linguísticas encontradas na fala de determinados grupos sociais.

Não tem escrita	0	0	0	0	1	4
É língua estrangeira	0	0	0	1	0	0
Não é a língua verdadeira	0	0	0	0	0	2
Não é a língua do povo	0	0	0	0	0	2

Como vemos na tabela, as línguas étnicas não possuem o mesmo caráter das demais línguas, porque os estudantes associaram mais atributos negativos subjetivos às línguas étnicas do que às outras. Desse modo, pode significar que são línguas a que eles não se orgulham de pertencer, como aponta o estudo de Ngunga e Bavo (2011).

Além da hierarquização das línguas que constituem o multilinguismo em Guiné-Bissau, há também uma hierarquização das diversas variedades do português falado em diferentes espaços geográficos do mundo. Essa hierarquização é motivada pela influência que cada variedade tem em Guiné-Bissau. Segue o gráfico que busca ilustrar essa hierarquia, com seus resultados percentuais para cada variedade apontada pelos nossos informantes.



16

¹⁶ Dentre as variedades do português listadas no gráfico 3, os informantes têm maior contato com três delas (PP, PG e PGB) por meio do ensino, literatura e mídias, ao passo que têm pouco contato com as demais variedades, haja vista que esse contato só é possível através das mídias e da presença de alguns de seus falantes em Guiné-Bissau, o que poderia influenciar nessa avaliação.

Gráfico 3: A escolha da melhor variedade de português para se falar em Guiné-Bissau

Como se pode observar, os resultados sobre “a melhor variedade de português para se falar” apontam a variedade de Portugal na primeira posição, com 48,9%; a variedade do Brasil segue na segunda posição, com 21,1%; na terceira posição, segue a variedade da Guiné-Bissau, com 17,8%; as variedades de Moçambique e de São Tomé e Príncipe seguem na quarta posição, com 3,3%; as variedades de Angola e Timor Leste seguem na quinta posição, com 2,2% e; na última posição, a variedade de Cabo-Verde, com 1,1%.

O português de Portugal é apontado na primeira posição por possuir grande prestígio na sociedade guineense, incentivado pelo processo de ensino, no qual até mesmo os professores apresentam uma atitude de imposição da variedade europeia, como afirma Orlandi (2009, p. 177, apud SILVA, 2011, p.77).

O fato de o português do Brasil ocupar a segunda posição pode ser explicado justamente pelo espaço que a variedade vem ganhando em Guiné-Bissau nos últimos anos, através das novelas, da literatura e também dos filmes dublados na variedade do português do Brasil (PETTER, 2007, p.13). Além disso, a ascensão comercial e econômica brasileira dos últimos tempos pode ser sentida em toda a Guiné-Bissau, o que também promove maior reconhecimento ao Brasil e, por consequência, a sua variedade linguística.

A escolha da variedade do português guineense na terceira posição poderia ser facilmente explicada pelo fato de se constituir na variedade efetivamente presente no país, ou seja, a variedade empregada pelos guineenses, entretanto uma questão pouco mais complexa se verifica, haja vista o português ser adquirido, majoritariamente em fase escolar e não se constituir em língua materna dos guineenses, conforme aponta Cá (2017), o que promove a difusão de alguns mitos, dentre os quais o de que não existe uma variedade de português guineense e o de que, em Guiné-Bissau, fala-se a variedade de Portugal. As outras variedades do português (de Moçambique, São Tomé e Príncipe, Angola, Timor Leste e Cabo-Verde) estão indicadas nas últimas posições por possuírem pouca influência no país, tanto do ponto de vista econômico, quanto do ponto de vista social.

Os resultados da tabela abaixo, sobre as motivações para a escolha da melhor variedade comprovam a hierarquização dessas variedades em Guiné-Bissau, como se segue:

Tabela 3: Motivos pelos quais os nossos informantes escolheram as variedades do português para se falar em Guiné-Bissau

Principal motivo para a escolha da melhor variedade de português para se falar¹⁷								
Motivo	PP	PB	PGB	PM	PST	PCV	PA	PTL
Mais bonita	15	9	6	2	2	0	1	2
Mais importante	20	14	7	2	1	0	1	1
Mais correta	26	8	7	2	2	1	1	1
Mais antiga	5	2	0	0	0	0	1	0
Mais moderna	11	8	3	2	2	0	1	2
Tem muitos falantes	13	9	6	2	2	1	0	1
É a verdadeira	9	6	3	2	1	0	1	1
É a de melhor cultura	4	3	3	0	0	0	0	0
É a mais prestigiada	5	2	1	0	0	0	0	0

A hipótese inicial de que os guineenses consideram o português de Portugal como melhor para se falar em Guiné-Bissau foi confirmada pelos resultados obtidos, entretanto cabe analisar os motivos que levam a essa escolha. Grande parte dos informantes aponta que a variedade de Portugal é “a mais correta” (26), “a mais importante” (20), “a mais bonita” (15) e, ainda, “a mais moderna”, “tem muitos falantes” e “é a verdadeira”. É possível confirmar que as avaliações dos que escolheram a variedade europeia se pautam em critérios estéticos, históricos e sociais, que veem nesta variedade um modelo a ser seguido, como já apontado acima no estudo de Petter e que será retomado no decorrer da nossa discussão.

É interessante notar, entretanto, que as motivações dos informantes que escolheram a variedade brasileira são bastante semelhantes aos dos que escolheram a variedade europeia, pois apontam que o português brasileiro é “mais importante” (14),

¹⁷ Na tabela, respectivamente, as variedades representadas por: PP-Portugal, PB-Brasil, PM-Moçambique, PGB-Guiné-Bissau, PST-São Tomé e Príncipe, PTL-Timor Leste, PCV-Cabo Verde, PA-Angola.

“mais bonito” (9), “mais correto” (8), “mais moderno” (8), “tem muitos falantes” (9) e, ainda, “é a de melhor cultura” e “é a mais prestigiada”. Em nosso entendimento, o que se altera é a visão do falante em relação à essas variedades e não as motivações, neste caso específico, ou seja, se o falante fez a escolha de determinada variedade, fê-la porque a considera superior em vários aspectos, inclusive os elencados.

Em relação às variedades do português de Portugal e do Brasil, nas motivações indicadas pelos informantes que escolheram o português guineense pode-se observar ao que Labov (2008) aponta como insegurança linguística, pelo simples fato dos guineenses afirmarem não existir o português guineense, pois apontam o português guineense em quase todos os itens apontados pelo português de Portugal e do Brasil, exceto no item “mais antiga”.

Os resultados obtidos em relação à possível rejeição de determinada variedade também apontam que os informantes consideram que as outras variedades do português, como de Angola, Timor Leste, Cabo-Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe (exceto a variedade de Portugal, do Brasil e da Guiné-Bissau, por possuírem uma porcentagem insignificante na escolha) não seriam interessantes aprender a falar no país, principalmente a variedade de Angola. Grande parte dos informantes afirma que todas elas são interessantes aprender a falar, como se segue no gráfico.

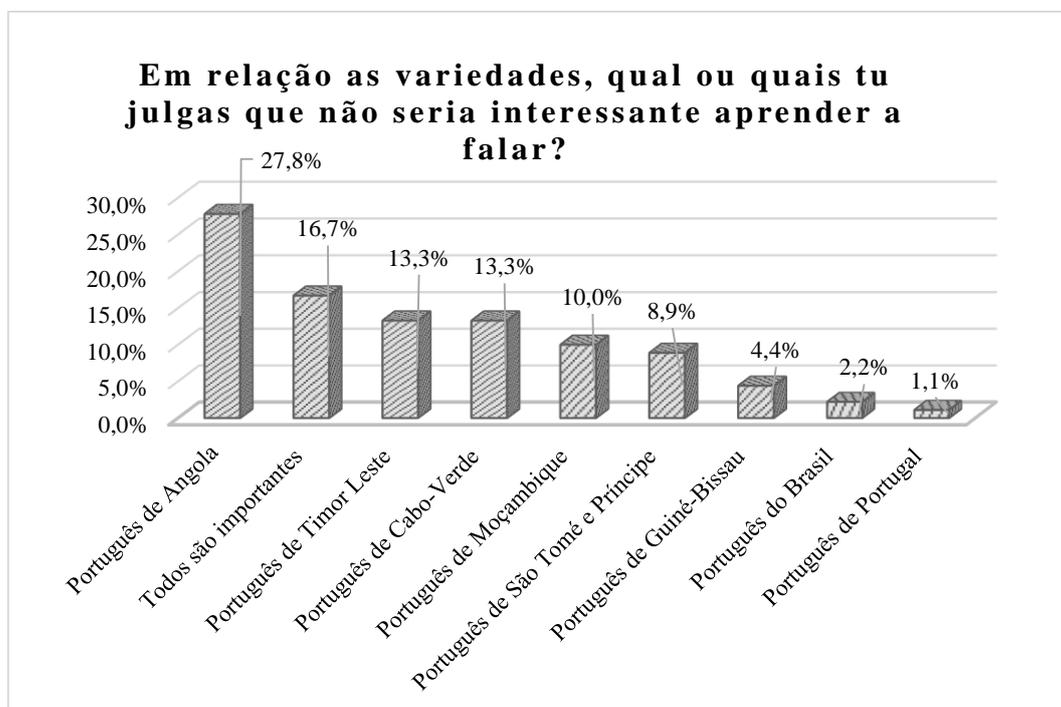


Gráfico 4: A variedade que não seria interessante aprender a falar em Guiné-Bissau

É possível notar, no gráfico, que houve um percentual significativo de informantes (16,7%) que consideram que todas as variedades são importantes para se falar em Guiné-Bissau. Entretanto, chama a atenção o fato de 27,7% dos informantes assinalarem que o português de Angola não seria interessante aprender a falar, o que revela um fato novo, a rejeição considerável a essa variedade, que ganha maior destaque entre as demais variedades. Seria mais plausível que a variedade de Timor Leste se apresentasse com esse patamar, por ser variedade de fora do continente africano e por ser variedade de poucos falantes, entretanto esta se iguala a de Cabo Verde (ambas com 13,3%), superando apenas, em África, a rejeição de Moçambique (10%), de São Tomé e Príncipe (8,9%) e da própria Guiné-Bissau (4,4%).

Outra possibilidade sobre a rejeição do português angolano em maior número pelos informantes poderia ser explicada, justamente, por ela ser, entre demais variedades africanas do português, a mais conhecida em Guiné-Bissau, através das músicas angolanas, novelas e filmes. Sendo a mais conhecida entre as outras variedades africanas do português, seria mais fácil ser avaliada negativa/positivamente entre as demais. A variedade de Timor Leste não é conhecida por grande número de falantes guineenses, o que dificultaria a sua avaliação em relação às outras variedades.

Como era de se esperar, pelos resultados das questões anteriores, Brasil e Portugal apresentam variedades de baixa rejeição, pelos motivos já destacados anteriormente.

Os motivos das escolhas da variedade de Angola, Timor Leste, Cabo-Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe como as que não seriam interessantes aprender a falar em Guiné-Bissau são revelados na tabela a seguir.

Tabela 4: Motivos pelos quais os nossos informantes escolheram as variedades que não seriam interessantes aprender a falar em Guiné-Bissau

Principal motivo para a escolha da variedade como não interessantes saber falar em Guiné-Bissau								
Motivo	PP	PB	PGB	PM	PST	PCV	PA	PTL
Incorreta	1	1	2	4	5	7	14	5
Feia	0	1	1	4	3	4	7	3
Errada	0	1	2	3	2	3	7	3
Corrompida	1	1	1	3	3	2	6	3
Deturpada	0	1	2	4	1	2	5	1
Tem poucos falantes	1	1	4	5	6	7	11	10

Não é a verdadeira língua	0	0	1	3	4	3	7	4
---------------------------	---	---	---	---	---	---	---	---

Como se pode observar na tabela, o principal motivo para apontamento da variedade Angolana como não importante saber falar pelos guineenses entrevistados é que ela seria “incorreta” (14 informantes). Além disso, houve o apontamento também de que a variedade “tem poucos falantes” (11), “é feia” (7), “é errada” (7), “não é verdadeira” (7) “é corrompida” (6), “deturpada” (5).

É interessante notar que o motivo principal para a rejeição da variedade de Timor Leste não está relacionado a uma visão estigmatizada daquela variedade, como ocorre com a variedade angolana, mas sim relacionado a sua pouca projeção no contexto lusófono, pois, como vemos, o português de Timor Leste foi destacado como de “poucos falantes” (10 informantes).

Os motivos da escolha de português de Angola, assim como das outras variedades que seguem com o maior número no que diz respeito a não interessante saber falar em Guiné-Bissau, indicam, sobretudo, ao que Petter (2008, p.9) discorre em estudos feitos em Angola e Moçambique, que confirmam os “desvios e erros” em suas variedades do português, indicando assim, o português europeu como padrão, o modelo a ser seguido, como já apontado.

Na sequência, ainda com o propósito de apresentar uma hierarquia das variedades sob a ótica dos guineenses, exibimos o comparativo entre as variedades de português de Portugal, do Brasil e de Guiné-Bissau. As perguntas tinham o objetivo de estabelecer uma comparação dessas variedades por meio das notas que seriam atribuídas pelos informantes, num *continuum*, para os critérios “mais correto”, “mais bonito”, “mais preservado” e “mais importante”.

Os resultados para a variedade “mais correta”, que podem ser visualizados no gráfico abaixo, indicam que ao português de Portugal foi atribuída a nota média, entre os 50 informantes, de 9,66, superando assim, em grande escala, o português do Brasil, cuja nota média atribuída foi 7,42, e o português de Guiné-Bissau, com média de 7,08.

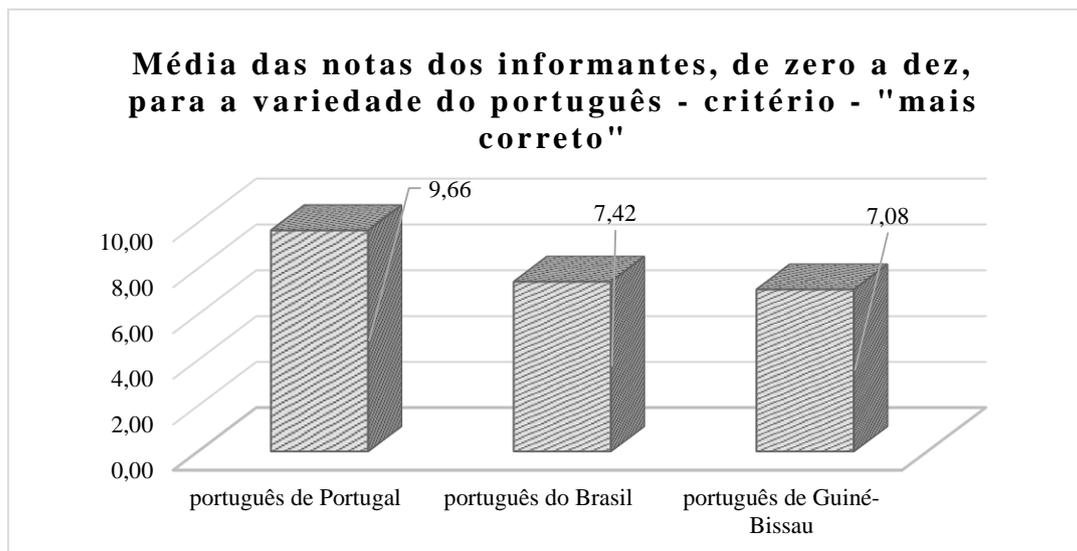


Gráfico 5: Média das notas atribuídas pelos informantes, de zero a dez, às variedades do português de Portugal, Brasil e Guiné-Bissau no critério “mais correto”

Confirma-se aqui o que já se anunciava previamente pelas questões, ou seja, os informantes estabelecem uma classificação das variedades, na qual a de Portugal ocupa o lugar mais elevado, seguido da variedade do Brasil e, na última posição, a variedade de Guiné-Bissau.

O resultado obtido aqui é mais uma comprovação da nossa hipótese de que os guineenses consideram o português de Portugal como o mais correto em relação às variedades de outros países, como apontam Silva (2011) e Freitag et. al (2016). Isso faz com que qualquer manifestação linguística em Guiné-Bissau contrária ao português de Portugal seja julgada como “errada”, pois, para os guineenses, somente em Portugal se fala o verdadeiro português, nas outras partes as pessoas não sabem falar português. Segundo Bagno (2015, p.37-38), “essas duas opiniões [...] refletem o complexo de inferioridade, o sentimento de sermos até hoje uma colônia dependente de um país mais antigo e mais civilizado”.

Vale a pena ressaltar também a valorização dos guineenses à variedade do português do Brasil. Sua influência se dá, principalmente, através da força que a mídia brasileira tem no país e o ensino voltado ao português brasileiro em alguns espaços acadêmicos, nas igrejas e, principalmente, no centro cultural brasileiro estabelecido em Guiné-Bissau.

No critério “mais bonito”, os resultados não possuem a larga diferença e é notável uma maior aproximação entre o português de Portugal e o português do Brasil, tendo ficado o português de Guiné-Bissau na terceira posição, como se vê a seguir.

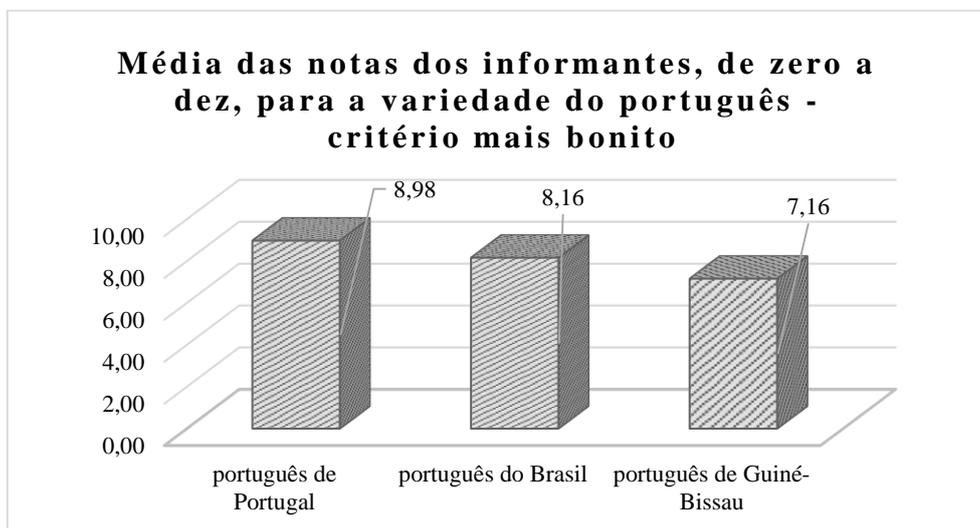


Gráfico 6: Média das notas atribuídas pelos informantes, de zero a dez, às variedades do português de Portugal, Brasil e Guiné-Bissau no critério mais bonito

Como se observa no gráfico, ao português de Portugal foi atribuída a nota média de 8,98, seguido do Brasil, com média de 8,16, e de Guiné-Bissau, com 7,16. Desse modo, o português de Portugal e do Brasil constituem variedades consideradas pelos guineenses como “mais bonitas”. Como consequência dessa constatação, é possível se observar, na sociedade guineense, a tentativa de reprodução dessas duas variedades, pela insegurança que se sente em usar sua própria variedade, que é o português guineense (LABOV, 2008, p.86). A prova disso pode ser evidenciada pela diferença de notas dadas ao português guineense e às variedades de Portugal e do Brasil.

No que diz respeito às notas atribuídas ao português de Portugal e do Brasil nos critérios “mais correto” e “mais bonito”, é importante destacar uma diferença importante. Na avaliação que remete ao critério “mais correto”, pode-se perceber que a avaliação feita recai mais sobre a forma de falar o português que os informantes acham mais correta, com base num modelo ensinado no país (que se baseia predominantemente no português de Portugal), o que favorece a diferença de notas entre Brasil e Portugal. Já na segunda avaliação, com base no critério “mais bonita”, percebe-se uma avaliação mais subjetiva onde os informantes, provavelmente, expõem aquilo que acham a respeito dessas três

variedades do português do ponto de vista da sonoridade, da cultura e, neste caso, o contato com a variedade conta, dessa forma, há maior aproximação das notas brasileira e portuguesa.

No que concerne ao critério “mais preservado”, é possível notar, nos resultados, uma comprovação da ideia incutida há anos na sociedade guineense de que os portugueses falam um português que não sofreu e não sofre alterações com o tempo, um português presente nos grandes clássicos da literatura e nas gramáticas normativas. As notas atribuídas a essas três variedades do português bem nos comprovam esse fato. Os resultados também apontam que o português do Brasil, na segunda posição, é pensado pelos informantes como um português não preservado, o que se verifica pela maior distância entre as médias portuguesa e brasileira quando preservação é o critério. O português guineense também recebeu nota mais baixa para o critério “mais preservado”, como se vê no gráfico a seguir.

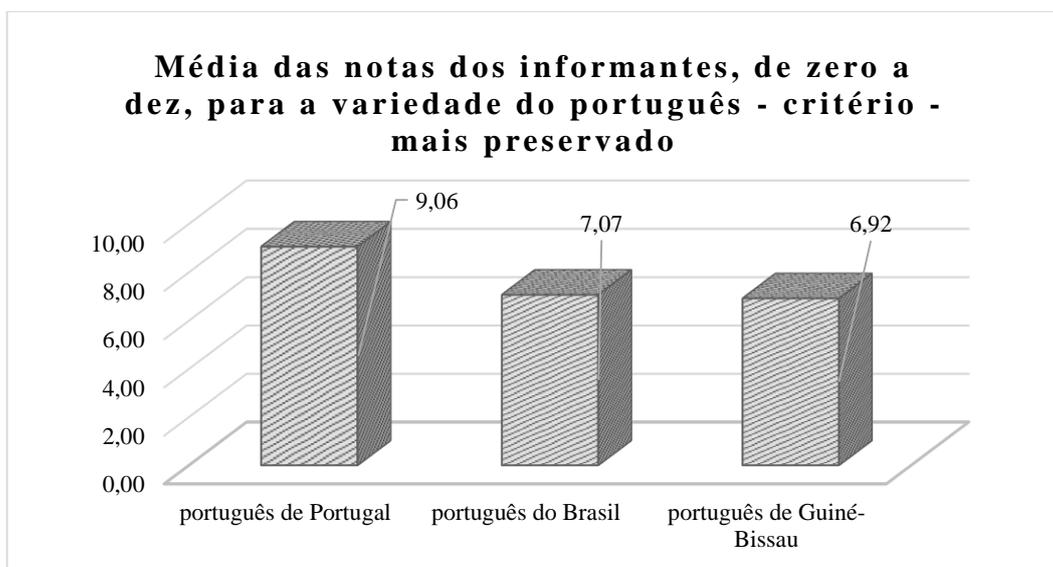


Gráfico 7: Média das notas atribuídas pelos informantes, de zero a dez, às variedades do português de Portugal, Brasil e Guiné-Bissau no critério mais preservado

Os resultados indicam a nota média de 9,06 dada ao português de Portugal, 7,0 ao português do Brasil e 6,92 ao português de Guiné-Bissau. Os resultados revelam uma visão predominante no país, que aponta o português de Portugal como um modelo a ser seguido, como um padrão de língua ideal.

Em relação ao próximo critério considerado, “mais importante”, os resultados também apontam o português de Portugal com as maiores médias, comprovando a razão da sua valorização em Guiné-Bissau. Indicam também a valorização do português brasileiro, fato que nos comprova que ele está a ganhar o espaço na sociedade guineense de uma forma rápida, como se segue no gráfico.

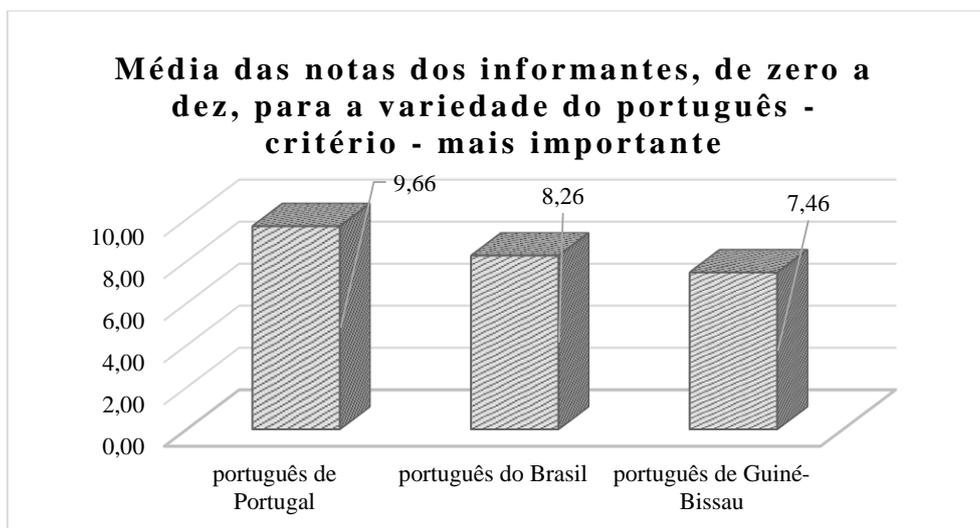


Gráfico 8: Média das notas atribuídas pelos informantes, de zero a dez, às variedades do português de Portugal, Brasil e Guiné-Bissau no critério mais importante

Como vemos, para o critério “mais importante”, o português de Portugal apresentou a média de 9,66, contra 8,26 do Brasil e 7,46 da Guiné-Bissau. A esse fato, Lucchesi (2008, p.158) denomina de subserviência linguística.

Em nosso entendimento, com base nos resultados para os quatro critérios avaliados, há avaliações distintas em relação ao português de Portugal e do Brasil. O prestígio da variedade europeia em solo guineense advém da tradição, história e relação entre os países, por outro lado, o ganho de prestígio da variedade brasileira se relaciona a questões atuais, como ascensão política e econômica e aumento populacional brasileiro. Após a hierarquização das línguas e das variedades do português, apresentamos a seguir, questões mais específicas, destinadas a apontar mais detalhes sobre os diferentes sentimentos dos informantes em relação à língua portuguesa.

A questão a seguir versava sobre o pertencimento da língua portuguesa, uma pergunta com o objetivo de certificar, por meio dos nossos informantes, o país/povo que

pensa ser o dono da língua portuguesa, independentemente de ela ser falada em várias partes do mundo.

Os resultados majoritariamente apontam que o português é considerado como pertencente aos portugueses e é clara a larga diferença dessa escolha pelos nossos informantes. Dessa maneira, o português é considerado pelos guineenses como língua estrangeira. Nos resultados, é possível averiguar também uma pequena indicação do português como pertencente a todos os seus falantes. Uma pequena indicação também aponta os brasileiros como donos da língua, seguida da indicação dos africanos lusófonos, como nos ilustra o gráfico que se segue.

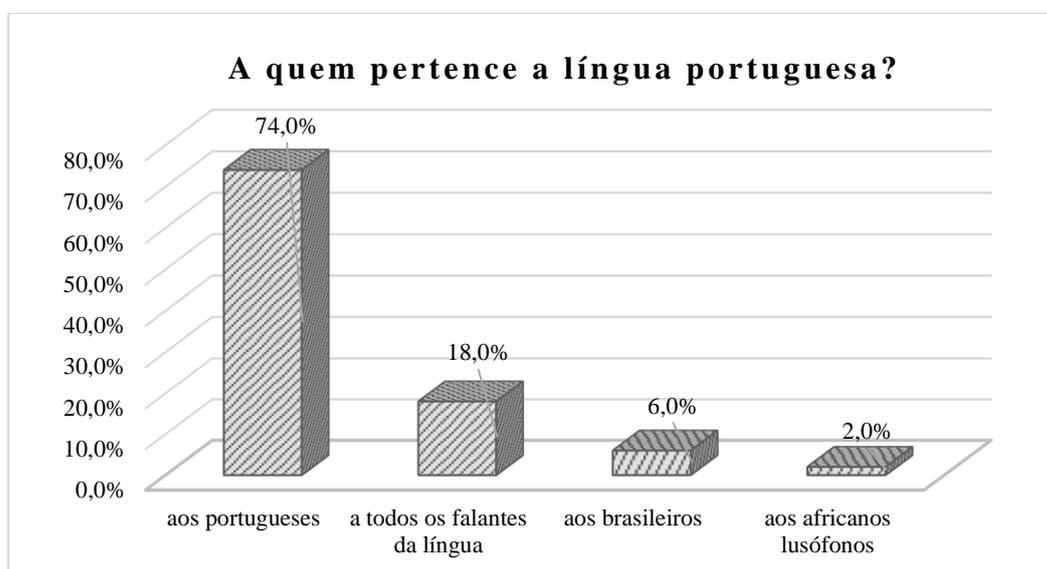


Gráfico 9: A indicação sobre a quem pertence a língua portuguesa

É possível notar que 74% dos informantes apontam os portugueses como donos da língua portuguesa, 18,0% apontam a língua portuguesa como pertencente a todos seus falantes, 6,0% apontam os brasileiros e apenas 2,0% apontam os africanos lusófonos. Diante desse resultado, podemos afirmar que a hipótese levantada por nós no início da pesquisa de que os guineenses em sua maioria, apontam que o português é de Portugal foi confirmada.

O português, sendo uma língua falada por vários países e língua materna da maioria dos seus falantes, é uma língua universal, ou seja, pertence a todos, pois todos seus falantes contribuem para que ela se enriqueça e prospere, como afirmam Seixas

(2012), Saramago (2003), Ngoenha (2014). Não deixa de ser contraditório o fato de haver o apontamento da importância do português de Portugal em Guiné-Bissau e, posteriormente, haver o apontamento por quase 75% dos informantes de que essa língua não lhes pertence. Nas justificativas de alguns informantes que afirmam que o português pertence aos portugueses, pode-se perceber o reflexo do processo colonial que é muito forte ainda em Guiné-Bissau, que conta ainda com menos de 50 anos de independência.

O fato de se constituir em língua oficial, como citado nos estudos de Petter (2015) e Scantamburlo (1999), e como primeira língua (ainda que não seja, conforme aponta Cá (2017)), é notável na justificativa de que o português pertence aos africanos lusófonos, o conceito de contributo para tornar a língua mais rica, como aponta Seixas (2012), se averigua nas justificativas que apontam que o português pertence a todos, como ilustra a tabela a seguir.¹⁸

Tabela 5: Algumas das justificativas sobre a pergunta “a quem pertence a língua portuguesa?”

Justificativas para as respostas sobre a pergunta “a quem pertence a língua portuguesa?”			
Aos portugueses	Aos brasileiros	Aos africanos lusófonos	A todos os falantes da língua
“Porque são eles os colonizadores dos países que falam o português”.	“Porque são um dos primeiros a falar português”.	“Porque é importante a todos os trabalhadores, ou é a língua materna de todos os africanos lusófonos”.	“Porque é o idioma da produção literária, da imprensa, escrita, da legislação e administração dos países da língua oficial portuguesa”.
“Porque levaram o português para outros países”.	“Porque os brasileiros falam o melhor português”.		“Porque todos são falantes, e graças a eles a língua portuguesa evoluiu”.
“Porque eles são fundadores da língua portuguesa”.			“Porque, apesar de ter origem em Portugal, pertence a todos os seus falantes”.

¹⁸ A justificativa era opcional, dessa forma nem todos os informantes apresentaram-nas. Na tabela, algumas das justificativas apontadas.

Nas justificativas de parte dos informantes que apontaram que o português pertence aos portugueses podemos notar afirmações do tipo: “Porque são eles os colonizadores dos países que falam o português”, “Porque levaram o português para outros países”, “Porque eles são fundadores da língua portuguesa”. Cabe lembrar que, diferentemente das questões anteriores, neste momento não havia o estímulo com a proposição de motivos a serem apontados, e sim um espaço para livre manifestação dos informantes, de acordo com suas convicções pessoais. Essas manifestações apontam um discurso bastante presente entre guineenses, com um posicionamento que sugere que a língua portuguesa não pertence ao povo, ou seja, para muitos guineenses, a língua portuguesa não é a língua com a qual se identificam. A aquisição se dá por necessidade.

Aos que afirmaram que a língua portuguesa pertence aos brasileiros cujas justificativas são: “Porque são um dos primeiros a falar português” e “Porque os brasileiros falam o melhor português”, é possível notar, na primeira justificativa, um equívoco do ponto de vista histórico, no que concerne a uma possível primazia da chegada dos portugueses à América. O apontamento poderia estar relacionado ao fato de os brasileiros passarem pelo processo de independência antes dos africanos. A segunda justificativa, por outro lado, aponta diretamente a avaliação positiva do informante em relação ao português brasileiro, uma visão subjetiva, possivelmente influenciada pelas motivações já apontadas, como influência da mídia, predominância populacional e ascensão econômica.

Aos que apontaram que a língua portuguesa pertence aos africanos lusófonos, cujas justificativas são: “Porque é importante a todos os trabalhadores, ou é a língua materna de todos os africanos lusófonos”, é possível expor dois pontos interessantes: o primeiro exhibe o fato de o informante denotar a percepção de que a língua goza de prestígio de língua oficial, usada nos trabalhos de assuntos oficiais e importância nacional e internacional, ou seja, é necessária aos países africanos (PETTER, 2015, p.196). O segundo ponto interessante “é língua materna de todos os africanos lusófonos” revela um equívoco do informante sobre o conceito de língua materna, pois esse conceito não condiz com a realidade linguística da Guiné-Bissau, embora seja a realidade de outros PALOP

(Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), como Angola e Moçambique, onde grande número da população tem o português como língua materna¹⁹.

Quanto às demais justificativas relacionadas aos informantes que apontaram que a língua portuguesa pertence a todos os seus falantes: “Porque é o idioma da produção literária, da imprensa, escrita, da legislação e administração dos países da língua oficial portuguesa”; “Porque todos são falantes, e graças a eles a língua portuguesa evoluiu”; “Porque, apesar de ter origem em Portugal, pertence a todos os seus falantes”, é perceptível que, na primeira justificativa, o informante tende a reconhecer o fato do português ser a língua oficial, fato que vamos discutir no gráfico a seguir. Quanto à segunda e terceira justificativas, os informantes poderiam estar apontando a contribuição que todos deram para a evolução da língua portuguesa, como já apontado.

O último questionamento proposto versava sobre o que o português significa aos guineenses e à Guiné-Bissau, um questionamento que tem por objetivo averiguar, por um lado, a razão de ele ser apontada como a melhor língua para se falar em Guiné-Bissau, em detrimento das outras línguas, inclusive o guineense e as línguas étnicas e, por outro lado, averiguar qual seria o sentimento dos guineenses em relação à essa língua e, conseqüentemente, à nação e ao povo que a trouxe consigo.

Os resultados revelam, predominantemente, que o português seria uma herança colonial, uma “língua dos brancos”, da submissão e da imposição ao povo guineense e à Guiné-Bissau, indicam também que as razões por ela ser considerada pelos informantes como importante no país seria por conta de seu caráter de língua oficial, da civilização, da identidade, da ascensão social, do prestígio e da cultura (não a local, mas a reconhecida internacionalmente), como se observa no gráfico que se segue.²⁰

¹⁹ Segundo ALMEIDA FILHO (2005, p. 8, apud CÁ, 2017, p.17) “LM é a língua aprendida pela criança no ambiente doméstico, na rua, e é a língua de maior comunicação para esse sujeito em casa e nos demais lugares, inclusive na sociedade e meios culturais”.

²⁰ Vale ressaltar que os informantes poderiam selecionar mais de uma alternativa para a questão.

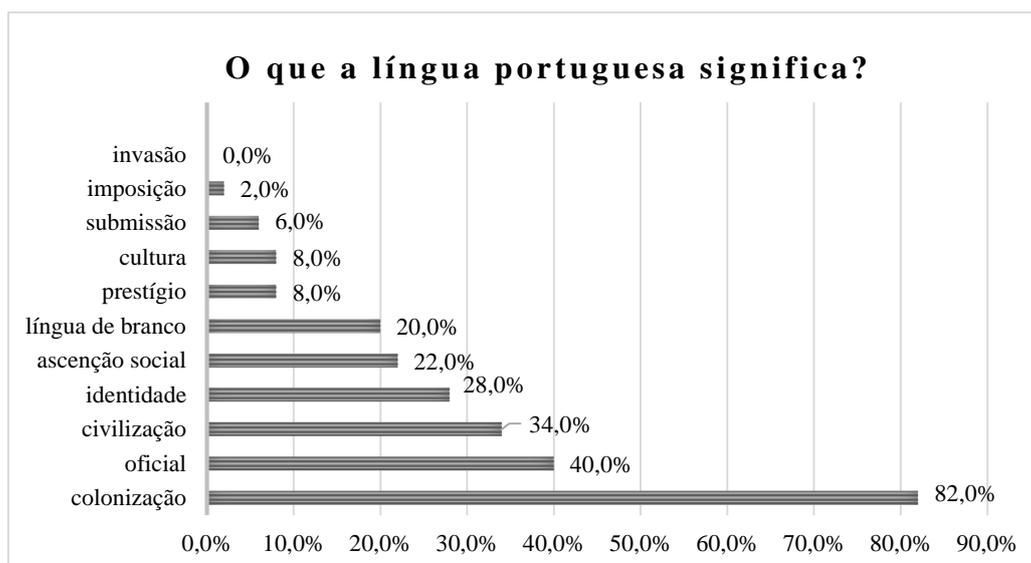


Gráfico 10: A indicação dos nossos informantes sobre o que a língua portuguesa significa ao povo guineense e a Guiné-Bissau

Como podemos observar, a quantidade de informantes que aponta que a língua portuguesa significa a eles e à Guiné-Bissau a colonização é bastante expressiva (82%, ou seja, 41 informantes, dos 50). O filósofo moçambicano Severino Elias Ngoenha, na já citada entrevista em 2014, para o blog baia da lusofonia, já afirmara que o português é uma língua colonial, que veio com os portugueses, mas que serve, para os moçambicanos, como língua de unidade nacional. Ao contrário dos moçambicanos, a língua nacional para os guineenses é o guineense (SCANTAMBURLO, 1999, P.34), tendo assim, o português como língua colonial cujos privilégios vamos falar nos itens a seguir.

Quanto ao apontamento de que é língua oficial, 40% dos nossos informantes reforçam este estatuto. Por isso, só ela é usada nos assuntos oficiais no país, como apontam Namone e Timbane (2017, p. 43). Embora falada por um pequeno número da população, ela é a língua que serve aos guineenses de comunicação internacional com povos de outras partes do mundo e com o universo das técnicas, como afirma Amílcar Cabral, pai da nacionalidade guineense (SCANTAMBURLO, 1999, p.63).

Temos ainda 34% dos informantes que apontaram que a língua portuguesa significa a eles e a Guiné-Bissau a civilização e 22%, a ascensão social. Por possuir caráter de língua oficial, utilizada no ensino acadêmico, administração do país, nos programas midiáticos de caráter oficial e na tecnologia, a língua portuguesa é

representada como sinônimo de civilização e ascensão social para aqueles que a falam no território guineense (ZAU, 2015, p.2; PETTER, 2015, p.218).

Quanto à língua como identidade, 28% dos informantes apontaram que o português significa a eles e à Guiné-Bissau a identidade. Labov (2008, p.57) e Bagno (2008, p.188) afirmam que quando falamos, estamos também afirmando quem somos, a que lugar pertencemos. No contexto da Guiné-Bissau, a considerar o prestígio da língua portuguesa no “mercado linguístico” local, do ponto de vista da ascensão social e do status social, seria positivo a identificação com outras nações de língua portuguesa. Por isso, seria certo afirmar que a língua portuguesa para os guineenses serve como identidade, levando em conta o processo histórico dessa língua no território.

Interessante, contudo, notar o contraste entre a indicação do termo “identidade” e a indicação, por parte de 20% dos informantes da incômoda expressão “língua de branco”. Desse modo, a língua portuguesa é tida também em Guiné-Bissau como língua que não pertence àquele povo, como já apontado, uma língua que os brancos portugueses levaram ao território guineense (BARROS, 1907, apud BULL, 1989, p.45).

Como podemos notar, são muitas as avaliações dos guineenses em relação à língua portuguesa, entretanto destacam-se apontamentos de natureza negativa, como, por exemplo, “colonização”, “língua de branco” e “submissão”. Outros de natureza mais próxima da neutralidade, como “oficial”, “civilização”, “ascensão social”, “prestígio” e “cultura”, mas que revelam também a visão da língua como necessária, ainda que não totalmente integrada àquele povo. As avaliações que poderiam tender a positivas, como “língua de cultura” ou de “identidade”, da mesma forma, podem revelar, em nosso entendimento, a necessidade de negação por parte dos guineenses, de sua própria identidade e cultura, para a integração a uma identidade e cultura de maior valorização nacional e, principalmente, internacional.

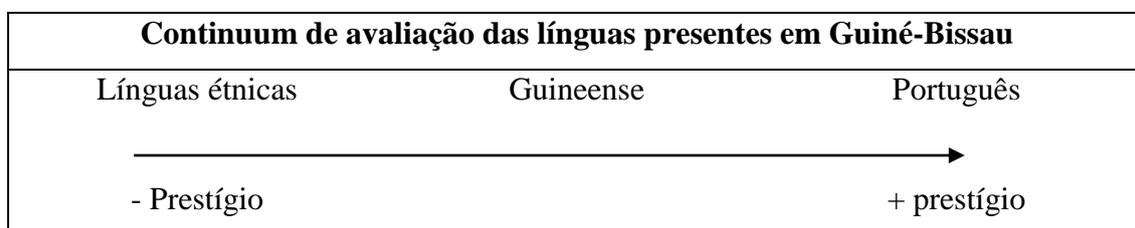
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Averiguamos, nessa pesquisa, que as línguas em contato em Guiné-Bissau se estabelecem de uma forma hierárquica, tendo em conta os “pesos e valores” que cada uma tem na sociedade guineense. Nessa classificação, o português ocupa o lugar mais importante, por seu estatuto de língua oficial e por sua importância internacional, seguido do guineense, por ser a língua de unidade nacional entre povos de diferentes grupos étnicos. As línguas africanas ou étnicas ficam abaixo na classificação, porque possuem um caráter comunicativo restrito a cada grupo étnico.

Durante a aplicação dos questionários constatamos que aprender a falar línguas internacionais (muitas delas são línguas oficiais nos países africanos), principalmente o português, significa aos guineenses, de certa forma, obter enormes oportunidades, como a ascensão social, acesso à educação e ao mercado de trabalho, entre outras.

Percebe-se também que o prestígio dado às línguas em contato em Guiné-Bissau não condiz com a realidade linguística dos falantes guineenses, haja vista os guineenses não apresentarem pleno domínio da língua portuguesa em sua modalidade escrita e oral, como já apontara Cá (2017).

Há uma atitude negativa dos falantes guineenses em relação às línguas étnicas e ao guineense, o que poderia ser explicado pela política linguística adotada pelo governo guineense, que privilegia as línguas coloniais, em detrimento das línguas nacionais. Abaixo a ilustração do continuum de avaliação do prestígio dessas diferentes línguas presentes no território guineense, com base nos resultados do questionário:

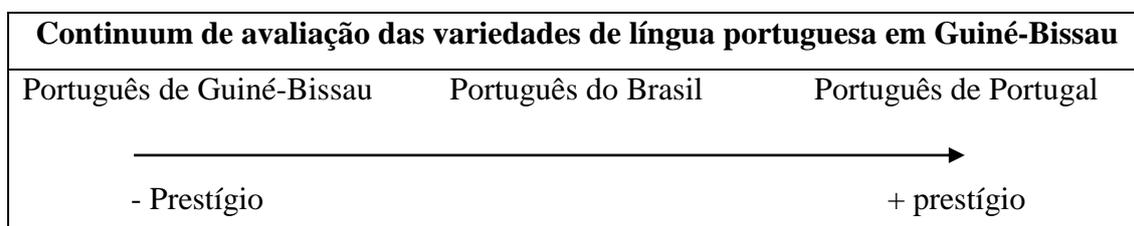


Quadro 1: Continuum de avaliação das línguas de Guiné-Bissau

Averiguamos também que há uma estrutura hierarquizada no que tange às variedades do português. As variedades do português de Portugal e do Brasil possuem

mais prestígio em relação às variedades do português da Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo-Verde, Angola e Timor Leste.

O prestígio dado ao português de Portugal advém, principalmente, de sua presença no ensino nas escolas guineenses e, ainda pelo reflexo colonial, transmitido, inconscientemente, de geração a geração. O prestígio do português do Brasil tem suas justificativas nos investimentos que o governo brasileiro faz nos países parceiros, aos sucessos das novelas e outros programas midiáticos e, ainda, à ascensão econômica experimentada pelo Brasil nos últimos anos. Segue o quadro que ilustra o continuum de prestígio das variedades de língua portuguesa com base na avaliação dos informantes guineenses:



Quadro 2: Continuum de avaliação das variedades de língua portuguesa em Guiné-Bissau

A política linguística e ações dos indivíduos na sociedade guineense devem se voltar mais às línguas enquanto instrumentos de interações sociais, pois só assim se pode dar o devido valor a qualquer língua que compõe o “caldeirão linguístico guineense”, no qual cada falante tende a valorizar a língua que fala, assim como a sua variedade linguística. Também seria importante ampliar as oportunidades para que outras línguas possam se tornar oficiais e alcançar o prestígio a ponto de incentivar seus falantes a se orgulharem das línguas que falam e suas formas diferentes de a/as falar, pois só assim se pode ter uma relação harmoniosa em um contexto multilíngue como o da Guiné-Bissau.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, I. **Muito além da gramática**: Por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

ARAGÃO, M. S. S. **Variantes diatópicas e diastráticas na língua portuguesa do Brasil**. In: Graphos. João Pessoa, Vol 12, 2010, p. 35-51. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/graphos/article/viewFile/10907/6112>. Acesso em 5 de agosto de 2018.

BAGNO, M. **Preconceito linguístico**. 56ª ed. revista e ampliada, São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BAGNO, M. **A língua de Eulália**: Novela Sociológica. 12 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é comunicação**. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BRAGA, A.; CABRAL, A. S. A. C.; RODRIGUES, A. D.; MINDLIN, B. **Línguas entrelaçadas**: uma situação *sui generis* de línguas em contato. In: Pápiá 21(2), 2011, p. 221-230. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=L%3C%8DNGUAS+ENTRELA%3C%87ADAS%3A+UMA+SITUA%3C%87%3C%83O+SUI+GENERIS+DE+L%3C%8DNGUAS+EM+CONTATO&btnG=. Acesso em 22 de julho de 2018.

BULL, B. P. **O crioulo da Guiné-Bissau**: filosofia e sabedoria. 1ª ed., Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1989.

CÁ, I. N. **Entre o real e o ideal**: uma análise contrastiva entre o material didático e as necessidades dos estudantes no ensino de língua portuguesa na Guiné-Bissau. Monografia. Curso de Letras – Língua Portuguesa. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. Redenção, 2017.

CÁ, V. J. B. **Língua e ensino em contexto de diversidade linguística e cultural**: o caso de Guiné-Bissau. Belo Horizonte: 2015.

CALVET, L. J. Nas origens da política linguística. In: CALVET, L. J. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola, 2007. Cap. 1. p. 11-36.

COELHO, I. L.; GORSKI, E. M.; SOUSA, C. M. N.; MAY, G. H. **Para conhecer a sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2015.

DEWULF, J. E se todas as línguas fossem consideradas crioulas? Um olhar pós-colonial sobre a linguística. In: RIO-TORTO, G. M.; FIGUEIREDO, O. M.; SILVA, F. **Estudos em homenagem ao professor doutor Mário Vilela**. Porto: 2015. P. 305-312.

FILHO, F. A. V. **A expansão europeia dos séculos XV e XVI**: contribuições para uma nova descrição geral da terra. In: Revista Equador (UFPI), Vol.1, nº 1, 2012, p. 4-25. Disponível em: <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/equador/article/view/854> Acesso em 20 de novembro de 2017.

FIORIN, J. L.; PETTER, M. **África no Brasil**: a formação da língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 2014.

FREIRE, J. B. **Variação, estilo, atitude e percepção linguística: o caso das laterais /ʎ/ e /ʎ/ no falar paraibano**. 2016. 233 f. Tese (Doutorado em Linguística) -Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

FREITAG, M. K.; SEVERO, C. G.; ROST-SNICHELOTTO, C. A.; TAVARES, M. A. Como os brasileiros acham que falam? Percepções sociolinguísticas de universitários do Sul e do Nordeste. In: **Todas as Letras**. São Paulo: v. 18, n. 2, 2016, p. 64-84.

INTUMBO, I. **Crioulo guineense, balanta e português: estudo comparativo do sintagma verbal**. Coimbra. 2006. Disponível em: <http://www.didinho.org/Arquivo/Crioulo%20guineense.pdf> Acesso em 02/10/2018.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LOPES, V. **Língua: vidas em português**. (Brasil/Portugal, documentário, 2003) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JBmLzbjmhhg> Acesso em 19 de novembro de 2017.

LUCCHESI, D. **Africanos, crioulo e a língua portuguesa**. 2008. Disponível em: <http://www.coresmarcasefalas.pro.br/adm/anexos/10122008232732.pdf> Acesso em 25 de julho de 2018.

LUCCHESI, D. Crioulística. In: MOLLICA, M. C.; FERRAREZI JR, C. **Sociolinguística, Sociolinguísticas**. São Paulo: Contexto, 2016, p. 73-85.

NACONESKI, M. **Origem da língua portuguesa**. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/teorialiteraria/1857299> Acesso em: 15 nov. 2017.

NAMONE, D.; TIMBANE, A. A. **Consequências do ensino da língua portuguesa no ensino fundamental na Guiné-Bissau 43 anos após a independência**. In: Mandinga – Revista de Estudos Linguísticos, Redenção-CE, v. 01, n. 01, 2017, p. 39-57.

NGOENHA, S. E. **Moçambique – entrevista ao filósofo Severino Elias Ngoenha**. 2014. Disponível em: <http://baiadalusofonia.blogspot.com.br/2014/11/mocambique-entrevista-ao-filosofo.html> Acesso em 18 de novembro 2017.

NGUNGA, A.; BAVO, N. N. Práticas linguísticas em Moçambique: Avaliação da vitalidade linguística em seis distritos. 2011. Disponível em: <http://www.site.letras.ufmg.br/laliafro/PDF/Ngunga,%20Armindo%20Pr%C3%A1ticas%20lingu%C3%ADsticas%20em%20Mo%C3%A7ambique-%20PORTUGUES.pdf> Acesso em 5 de setembro de 2018.

PEREZ, Luana Castro Alves. **Diferenças entre língua, idioma e dialeto; Brasil Escola**. Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/gramatica/diferencas-entre-lingua-idioma-dialeto.htm> . Acesso em 6 de setembro de 2018.

PETTER, M. **Introdução à Linguística Africana**. São Paulo: Contexto, 2015.

PETTER, M. M. T. **Uma hipótese explicativa do contato entre o português e as línguas africanas**. In: Papia, 2007, p. 9-19. Disponível em: <http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/view/2029>. Acesso em 22 de julho de 2018.

ROCHA, C. C. **A problemática do emprego do crioulo guineense e a poesia de Odete Semedo**. Rio de Janeiro, UFRJ, 2013.

SAVEDRA, M. M. G.; LAGARES, X. C. Política e planificação linguística: conceitos, terminologias e intervenções no Brasil. In: **Gragoatá**. Niterói, n.32, 2012, p. 11-27. Disponível em: <http://gragoata.uff.br/index.php/gragoata/article/view/113> Acesso em 27/09/2018.

SCANTAMBURLO, L. **Dicionário do Guineense**: vol. I: Introdução e notas gramaticais. Lisboa: Colibri / FASPEBI, 1999.

SEIXAS, J. **Entrevista ao João Seixas, responsável do blogue Baía da Lusofonia**. 2012. Disponível em: <http://www.pglingua.org/noticias/entrevistas/5309-entrevista-a-joao-seixas-responsavel-do-blogue-baia-da-lusofonia> Acesso em 18 de novembro 2017.

SEMEDO, O. C. **Entre o ser e o amar**. Guiné-Bissau. INEP. 1996.

SILVA, A. **Relação entre línguas: diferentes modos de dizer o português brasileiro**. São Carlos: UFSCar, 2011.

SILVA, M. N. F. **Contato entre línguas, perda linguística e identidade étnica: notas sobre o povo parkatêjê**. In: Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Letras, linguística e suas interfaces no 40, 2010, p. 239-247. Disponível em: <http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/40/artigo12.pdf>. Acesso em 25 de julho de 2018.

TEYSSIER, Paul. **História da Língua Portuguesa**. Tradução Celso Ferreira da Cunha. Ed. 1ª. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução Marcos Bagno; revisão técnica Carlos Alberto Faraco; posfácio Maria da Conceição A. de Paiva, Maria Eugênia Lamoglia Duarte. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

ZAMBONIM, D. J. **Língua natural: enfoque sociolinguístico**. In: Alfa, São Paulo 33: 1989, p. 137-145.

ZAU, F. A língua portuguesa e a indispensável cooperação com outras línguas de convívio. In: CRISTINA, M. S.; MOURA, S. **Novos desafios para o ensino superior após os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM): XXV Encontro Associação das Universidades de Língua Portuguesa**. 2015, p. 135-138.

anexos

UNIVERSIDADE DE INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO
BRASILEIRA- UNILAB

Questionário de Pesquisa – Perfil Linguístico – nº _____

Nome completo: _____

e-mail: _____

Idade: _____ Sexo: _____ Etnia: _____ Região _____,
província _____ e cidade _____ em que morava

Qual o teu local de nascimento? Região _____, província _____ e
cidade _____

Qual a tua escolaridade (ensino primário, secundário, médio, superior)?

Tu aprendeste português com quantos anos: _____ Onde foi isso: _____
(escola, em casa, trabalho etc.)

O português foi a primeira língua que tu aprendeste? Sim _____ Não _____

Se tu respondeste não à questão anterior, qual foi a primeira língua que aprendeste?

O português foi a segunda língua que tu aprendeste? Sim _____ Não _____

Se tu respondeste não, qual foi a segunda língua que aprendeste?

Quantas línguas tu falas atualmente? _____ Quais são
elas? _____

Alguém de tua família fala português? Sim _____ Não _____ Quem?

Teus pais (ou teus responsáveis) se comunicavam contigo em que
língua? _____

Outra pessoa da tua família (avós, tios, irmãos etc.) falava ou fala contigo em outra
língua?

Sim _____ Não _____ Qual? _____

Que língua tu fala com mais frequência? _____

Que língua tu falavas com mais frequência na sala de
aula? _____

Em que língua ou línguas ocorria(m) as aulas quando
estudavas? _____

Nas tuas aulas de português, havia aulas de conversação? Sim _____ Não _____

Havia aulas destinadas ao estudo dos sons das palavras, ou estudo voltado para a pronúncia, como os sons são produzidos e também a percepção dos sons em língua portuguesa? Sim_____ Não_____

Se tu respondeste sim, qual era o material utilizado para estudar o som e pronúncia?

_____ (cd, radio, músicas etc.)

Se tu respondeste não, como ocorriam as aulas de conversação em língua portuguesa?

O material era de teu próprio país ou produzido em outro país? Sim_____ Não _____
_____ Não sabe

Se tu respondeste não, onde era produzido o material?

Quais tuas impressões a respeito do ensino de língua portuguesa em teu país?

Questionário de Pesquisa – Línguas – nº _____

Nome: _____

Lembra-te que deves expressar a tua sincera opinião e lembra-te que tua identidade será mantida em sigilo.

1. Qual língua tu consideras a mais importante saber falar em teu país?

a) a língua étnica; Qual _____, b) o crioulo; Qual _____, c) o português; Qual _____

2. Qual o principal motivo para a escolha feita na questão anterior? (Tu podes assinalar mais de uma alternativa nesta questão)

a) Mais bonita; b) Mais correta; c) Mais antiga; d) Mais moderna; e) tem muitos falantes; f) é a verdadeira; g) é língua de cultura; h) é língua de identidade; i) outro motivo; Qual?

3. Qual das línguas não seria interessante ou relevante saberes falar?

a) a língua étnica; Qual _____, b) o crioulo. Qual? _____, c) o português. Qual? _____

4. Qual o principal motivo para a escolha feita na questão anterior? (Tu podes assinalar mais de uma alternativa nesta questão)

a) incorreta; b) feia; c) inculta; d) corrompida; e) deturpada; f) não é nacional; g) tem poucos falantes; h) é apenas um dialeto; i) não tem escrita; j) é língua estrangeira; k) não é uma língua verdadeira; l) não é a língua do povo;

m) outro motivo; Qual? _____

5. Em relação ao português, qual o melhor para se falar? (Tu podes marcar mais de uma alternativa)

a) Angola; b) Brasil; c) Cabo Verde; d) Guiné-Bissau; e) Moçambique; f) Portugal; g) São Tomé e Príncipe; h) Timor Leste.

6. Qual o principal motivo para a escolha feita na questão anterior? (Tu podes assinalar mais de uma alternativa nesta questão)

PORTUGUÊS DE TEU PAÍS	O	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

MAIS IMPORTANTE

PORTUGUÊS BRASILEIRO	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PORTUGUÊS DE PORTUGAL	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PORTUGUÊS DE TEU PAÍS	O	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

10. Na tua opinião, a quem pertence a língua portuguesa?

a) aos portugueses, b) aos brasileiros, c) aos africanos lusófonos, d) a todos os falantes da língua

Por

que?

11. Na tua opinião, a língua portuguesa significa ao teu país e a ti:

a) colonização, b) identidade, c) submissão, d) civilização, e) cultura, f) língua de branco, g) imposição, h) ascensão social, j) oficial, k) prestígio, l) invasão